



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Ao 07 dia do mês de junho do ano de 2019, pelas 20h30, no Theatro Club, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Maria Alice Rodrigues de Sousa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o relatório trimestral de execução orçamental do primeiro trimestre de 2019, da EPAVE, E.M. para efeitos do dever de informação previsto no art.º 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Três (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea da alínea h) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a câmara municipal da Póvoa de Lanhoso e as juntas da freguesia de Rendufinho e da União de freguesias de Campos e Louredo, nos termos do art.º 33º e do art.º 120º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos de autorização por parte da assembleia municipal nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação de proposta, para a não aceitação da transferência de competências para o município da Póvoa de Lanhoso, para os efeitos

previstos no art.º 4º da Lei 50/ 2018, de 16 de agosto e nos termos da j) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Seis (15'):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes, na bancada do PSD, os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Margarida Reis Soares; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; José Albino Machado da Silva; Sónia Margarida da Silva Fernandes; e José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes, na bancada do PS, os seguintes membros: António Joaquim Ferreira Crespo Sousa; Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; João Ferreira de Oliveira; Marta Maria da Cunha Vieira; Susana Patrícia Barbosa Morais; e António Martinho Gomes.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Geraz do Minho; União de Freguesias de Campos e Louredo; e União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes, na bancada do MAI, os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; Pedro Alexandre Dias Afonso; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estive representada a Junta de Freguesia, eleita como independente, de Covelas.

Da Câmara Municipal, estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca; André Miguel Lopes Rodrigues e João Pedro Rodrigues Barroso; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro e Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; e Manuel José Costa de Carvalho e Sousa.

O Presidente da Mesa, João Duque, cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. Colocou a votação do plenário a ata da sessão ordinária de Assembleia

Municipal de 30 de abril de 2019. Informou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade.

Concedeu a palavra à Secretária da Mesa Alice Sousa, para leitura da correspondência recebida.

A Secretária da Mesa Alice Sousa procedeu à leitura da correspondência recebida.

O Presidente da Mesa João Duque informou que a correspondência estava disponível para consulta. Informou sobre a distribuição dos tempos. Concedeu a palavra à Câmara Municipal para prestar um esclarecimento que tinha sido solicitado na última sessão de Assembleia Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Atendendo à solicitação feita pelos membros da Assembleia Municipal sobre os documentos da Prestação de Contas de 2018, na última Assembleia Municipal, impõe-se o esclarecimento cabal dos factos.

As intervenções do deputado Paulo Bastos, em que fez acusações que, além de profundamente descabidas, foram ofensivas e injustas, são extremamente impróprias de um elemento de tão importante órgão municipal. Avaliou, sem conhecimento de causa, sem conhecimento das pessoas e, mais grave ainda, sem qualquer fundamento, como a seguir demonstramos.

Errar é humano, assumir o erro é ter carácter. Se tivesse havido qualquer erro da nossa parte, assumi-lo-íamos, como é nosso dever e a dignidade exige. Mas não é o caso.

*Os factos apresentados pelo Sr. Paulo Bastos não são erros. Acreditamos que, **não por maldade mas por efetivo desconhecimento da legislação aplicada às Autarquias Locais**, o Sr. Paulo Bastos tenha sido induzido, ele próprio, em erro. As contestações, acusações e afirmações que fez são totalmente descabidas no enquadramento legal a que as Autarquias Locais estão sujeitas. Não obstante, o desconhecimento da Lei nunca serviu, nem servirá, de justificação para a atuação de qualquer cidadão, pelo que se espera, em particular de qualquer membro da Assembleia Municipal, um mínimo de conhecimento das leis, para uma melhor compreensão da gestão autárquica e muito mais para evitar a formulação de juízos errados, tal como sucedeu com o Sr. Paulo Bastos.*

Assim, pelo exposto, cumpre-nos esclarecer:

1. Infundada acusação, pelo Sr. Paulo Bastos, de “falta de brio e pouco profissionalismo” no registo dos bens no património

Considerando:

- *até final do 1º trimestre do ano seguinte, os serviços financeiros da autarquia encontram-se a encerrar o ano e a proceder à elaboração da Prestação de Contas;*
- *no mês de abril, a Prestação de Contas é aprovada pelos respetivos órgãos, e só após a aprovação da Prestação de Contas pela Assembleia Municipal é que se procede ao encerramento do ano na base de dados do Património;*
- *a Prestação de Contas é aprovada sempre no final do mês de abril (por exemplo, a Prestação de Contas do ano 2017 foi aprovada a 27 de abril de 2018, a Prestação de Contas do ano 2018 foi aprovada a 30 de abril de 2019), pelo que é natural que os primeiros registos no património efetuados por notas de lançamento aconteçam apenas após o encerramento. Uma vez que as Autarquias Locais estão obrigadas a reportes de informação financeira mensal, tal não permite efetuar movimentos contabilísticos por notas de lançamento com datas de meses já encerrados;*
- *existem bens registados em todos os meses do ano (alguns exemplos na página 333 e seguintes, página 376 e seguintes, etc... da Prestação de Contas), dando apenas um exemplo das inúmeras contas do património, ao contrário do que foi referido pelo membro da Assembleia, Sr. Paulo Bastos.*

Mais importa referir que, em termos das Autarquias Locais, o que é relevante é a efetivação dos registos, sendo menos relevante quando tal é feito e o seu número mensal.

No que concerne às amortizações e aos diferimentos, são sempre efetuados de acordo com as regras e princípios contabilísticos legais, como pode ser comprovado pela consulta dos documentos respetivos e pela legislação aplicável.

2. Quando o Sr. Paulo Basto se refere a termos imprecisos, confusos e que deixaram de ser usados ao abrigo do Sistema de Normalização Contabilística.

As Autarquias Locais estão sujeitas ao disposto no artigo nº 79 do Decreto – Lei nº 33/2018, de 15 de maio (Normas de execução do orçamento de Estado para 2018), que vem ratificar o despacho de 27/12/2017 do Secretário de Estado das Administrações Locais, e que prorroga a entrada em vigor do SNC-AP para o subsector da Administração Local para 1 de janeiro de 2019.

Assim, o sistema contabilístico em vigor em 2018 é o POCAL (Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais). Consequentemente, os termos que erroneamente fomos acusados de usar são os que constam no referido sistema contabilístico, não podendo ser outros.

Mais se esclarece que a Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - LOE/2019, no artº 98, prorroga novamente a entrada em vigor para o ano 2020, sendo que a prestação de

contas referente ao exercício de 2019, para todas as Autarquias Locais, continuará a ser em POCAL.

Pelo exposto, seria bom que o Sr. deputado Paulo Bastos fizesse uma leitura atenta da legislação aplicável às Autarquias Locais, que parece desconhecer, pelo que nos atrevemos a sugerir alguma:

- Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL);
- Lei nº 8/2012, de 14 de fevereiro (lei dos compromissos e pagamentos em atraso - LCPA)
- Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho (regulamenta a LCPA);
- Lei nº 73/2013, de 03 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais);
- Lei nº 75/2013, de 13 de setembro (Regime Jurídico das autarquias locais);
- Leis do Orçamento de Estado e Normas de Execução da Lei do Orçamento do Estado, capítulos referentes às Finanças Locais.

Colocamo-nos ao dispor do Sr. Paulo Bastos, bem como de qualquer outro membro da Assembleia Municipal, para esclarecer eventuais dúvidas na interpretação e aplicação desta legislação.

3. Infundada acusação, pelo Sr. Paulo Bastos, de não cumprimento da regra do equilíbrio financeiro

O equilíbrio financeiro é um conceito utilizado para análise de estabilidade de uma empresa, não sendo mais do que um ajustamento do fluxo de caixa. Assim, os capitais permanentes (os capitais próprios adicionados dos capitais alheios a médio e longo prazo) são iguais ao investimento em ativos fixos. O equilíbrio financeiro implica, também, que o ativo circulante seja superior ao passivo circulante, ou seja, quando os capitais permanentes forem suficientes para cobrir o ativo não corrente. (fonte: Neves, João Carvalho das (2007) "Análise Financeira", Lisboa: Texto Editora)

Relembramos o Sr. Paulo Bastos que os conceitos acima referidos são os utilizados pelo SNC e não pelo POCAL.

Ainda assim, efetuando uma simples transição para o SNC:

- (1) - Capitais próprios – 47.562.389€;
- (2) - No SNC a rubrica de Subsídios para investimento passa a ser contabilizada como Capital Próprio, deixando de ser contabilizado como Provento Diferido que faz parte integrante do Passivo – 15.535.573€;
- (3) = (1)+(2) - **Capitais próprios pelo SNC** – 63.097.962€;
- (4) - **Capitais alheios M/L Prazo** – 3.648.681€;
- (5) - **Ativos Fixos** – 66.320.020€

***Equilíbrio financeiro =(3) Capital próprio + (4) Capitais alheios M/L
prazo > = (5)Ativos Fixos***

***Equilíbrio Financeiro = 66.746.643 € > 66.320.020€ (> 400 000
euros)***

e

(1) - Ativo circulante -6.366.487€;

(2) - Passivo circulante – 4.131.159€

Equilíbrio financeiro =(1) Ativo circulante > = (2) Passivo circulante

Equilíbrio financeiro = 6.366.487€ > 4.131.159€

*Como se pode verificar, a Autarquia cumpre a regra de equilíbrio (regra de ouro),
contrariamente à declaração do Sr. Paulo Bastos.*

4. Infundada acusação, pelo Sr. Paulo Bastos, de existência de alavanca financeira de elevado risco

A Alavanca Financeira corresponde a um efeito financeiro de crescimento da Rendibilidade dos Capitais Próprios que se produz através do aumento do nível de endividamento. Este efeito verifica-se sempre que os custos financeiros de financiamento são inferiores à rendibilidade de determinada operação de investimento ou do investimento da empresa na sua globalidade. Em termos gerais, podemos dizer que o Efeito de Alavanca Financeiro é positivo quando a Rentabilidade dos Investimentos (ROI) é superior ao Custo Médio dos Capitais Alheios (CCA).

Atendendo às competências dos Municípios, este conceito não pode ser considerado, pois o recurso ao financiamento não se destina à produção ou obtenção de lucros, mas sim à satisfação das necessidades dos munícipes. Consequentemente não pode ser mensurada financeiramente a rentabilidade do financiamento para, designadamente, a construção de centros escolares, pavilhões escolares, arruamentos e requalificações de praças, parques e jardins, etc...

5. Dúvidas, do Sr. Paulo Bastos, sobre a Reconciliação Bancária

O mapa que faz parte integrante da Prestação de Contas é o Mapa Síntese da Reconciliação Bancária, conforme as Instruções N.º 01/2001 – 2ª S – instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) - RESOLUÇÃO N.º 04 /2001-2ªSecção do Tribunal de Contas.

Não obstante este ser o mapa legalmente exigido, em anexo remete-se o mapa das reconciliações bancárias de cada uma das contas, com a descrição de cada um dos movimentos em aberto. Mais se informa que os movimentos em aberto se referem, na

sua maioria, a movimentos efetuados no dia 31 de dezembro de 2018, sendo o movimento mais antigo com data de 18 de dezembro de 2018.

6. Infundada acusação, pelo Sr. Paulo Bastos, de omissão do mapa dos empréstimos obtidos

O mapa dos empréstimos obtidos faz parte integrante dos documentos da Prestação de Contas, de acordo com o ponto 8.3.6.1. Empréstimos do POCAL, e encontra-se na página 671 da Prestação de Contas de 2018.

7. Dúvidas, do Sr. Paulo Bastos, sobre o cumprimento da redução dos pagamentos em atraso

Tal como foi mencionado no relatório da Prestação de Contas, a LEI nº 114/2017, de 29 de dezembro (LOE para 2018), estipula no seu art.º 93º que os Municípios devem reduzir no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados em setembro de 2017, no SIIAL.

O Município não apresentava pagamentos em atraso há mais de 90 dias em setembro de 2017, nem em quaisquer outros meses subsequentes, conforme demonstra o relatório do SIIAL, que se anexa.

Mais se informa de que as supostas dívidas que o Sr. Paulo Bastos mencionou como estando em atraso, e referindo algumas das empresas por si nomeadas, como Memórias ao Cubo, Construções António Henriques, Unipessoal, Lda, IELAC, António Alves Pereira, Electro Antunes, não são dívidas de fornecedores, e encontram-se registados nas contas:

Conta 26.8.5 - Devedores e Credores de Operações de Tesouraria

Conta 26.8.5.03.2 – Cauções e Garantias – Empreitadas e Fornecimentos

Estes saldos resultam das cauções e garantias prestadas pela execução de empreitadas e fornecimentos. As mesmas só podem ir sendo restituídas/libertadas em determinada percentagem, após a elaboração de autos provisórios anuais, sendo o valor final restituído com o auto de receção definitivo da obra, acontecendo no quinto ano após a conclusão da obra (Decreto Lei nº 111 – B/2017, de 31 de agosto).

8. Pedido de justificação, do aumento dos acréscimos e diferimentos no passivo

O aumento significativo na conta de proveitos diferidos na ordem dos 3,2 milhões de euros, justifica-se pela contabilização de financiamentos de investimentos a fundo perdido, a decorrer no ano 2018, conforme explicado na página 81 do relatório.

Estes financiamentos são contabilizados na conta de proveitos diferidos e só vão sendo reconhecidos como proveitos do exercício à medida que os investimentos que financiaram vai sendo depreciado (amortizado).

A discriminação dos valores contabilizados no ano em apreço encontra-se na página 31 e seguintes dos Anexos às Demonstrações Financeiras, que faz parte integrante dos documentos da Prestação de Contas.

Pelo acima exposto, julgamos estarem cabalmente esclarecidas todas as dúvidas manifestadas pelo Sr. Paulo Bastos e comprovada a falta de fundamentação e de verdade nas acusações que nos dirigiu.

Assim, colocámo-nos, aliás como sempre o fizemos, inteiramente disponíveis a prestar todos e quaisquer esclarecimentos que possam surgir, na análise dos documentos financeiros.

Errar é humano, assumir o erro é ter caráter, mas não é admissível tentar confundir os membros da Assembleia Municipal da forma com o referido deputado o faz sistematicamente, pelo que, também esperamos que o Sr. Paulo Bastos tenha a hombridade de o reconhecer.

9. Justificações dos Auditores

Questionamos a SROC da Autarquia sobre as situações levantadas no âmbito do seu relatório, nomeadamente:

- Os rácios da Estrutura de Endividamento e Solvabilidade estarem errados, em termos conceptuais;*
- O valor mencionado como Provisões apresentar-se incorreto.*

Como resposta, a SROC referiu o seguinte sobre cada assunto:

a) Rácio Estrutura do Endividamento:

O rácio de Estrutura de endividamento que apresenta com a seguinte formula “Passivo C.P./Capitais Alheios” está correto. Há muitos autores que também consideram o rácio nos termos em que o Sr. Paulo Bastos referiu. Não há uma só forma “certa” de apresentar este rácio.

A SROC sempre entendeu que, tratando-se de um rácio financeiro, o passivo devia ser expurgado das “Provisões” e “Acréscimos e diferimentos – passivos”, ficando só os capitais alheios no denominador do rácio. É esse o seu entendimento, apesar de haver quem aborde a questão de forma diferente. No relatório apresenta-se o nome do rácio, a sua fórmula e o valor, sendo totalmente transparentes com os utilizadores da informação financeira.

Tal como eles, o Tribunal de Contas, na Auditoria Financeira ao Município de Azambuja (Relatório n.º 06/2012 – 2ª Secção / Processo n.º 9/2011 – Audit), utiliza essa mesma fórmula.

Quadro 10 - Rácios relativos aos anos de 2007 a 2009

Designação	Fórmulas	Ano		
		2007	2008	2009
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo de curto prazo}}$	0,74	0,58	0,49
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo de curto prazo}}$	0,23	0,28	0,1
Estrutura do Endividamento	$\frac{\text{Passivo de curto prazo}}{\text{Capital Alheio}}$	0,59	0,50	0,33
Cobertura do Serviço da Dívida	$\frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Serviço da dívida}}$	3,2	2,8	0,8

Fonte:

https://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2012/2s/audit-dgtc-rel006-2012.pdf

Página 24

Refere ainda, a SROC, que um dos mais conceituados peritos portugueses em finanças, Professor Doutor João Carvalho das Neves, tem a mesma opinião, a qual é mostrada na página 248 do livro “Análise e Relato Financeiro – Uma visão Integrada de Gestão”. Texto Editores. 2012.

b) Rácio de Solvabilidade:

O rácio de Solvabilidade, que apresenta pela fórmula “Fundos Próprios/Capitais Alheios” está correto. Há muitos autores que também consideram o rácio nos termos em que o Sr. Paulo Bastos referiu. Também aqui, não há uma só forma “certa” de apresentar este rácio.

A SROC sempre entendeu que, tratando-se de um rácio financeiro, o passivo devia ser expurgado das “Provisões” e “Acréscimos e diferimentos – passivos”, ficando só os capitais alheios no denominador desse rácio. É esse o seu entendimento, apesar de haver quem aborde a questão de forma diferente. O documento de Prestação de Contas apresenta a designação do rácio, a sua fórmula e o valor, sendo totalmente transparentes com os utilizadores da informação financeira.

O Professor Doutor João Carvalho das Neve, tem a mesma opinião, como se pode constatar na página 249 do livro mencionado acima.

c) Provisões:

O valor das provisões para riscos e encargos é de 1.806.704 euros (1.794.385 euros em 2017), conforme está mostrado no relatório nas páginas 3 (Balanço) e 20 (Nota sobre as provisões para riscos e encargos). Na página 5 pretendia referir o valor das provisões para processos judiciais em curso no valor de 1.723.812 euros (mostrado, também, na página 20) e não o valor de 1.794 mil euros.

Mais uma vez referimos que errar é humano, assumir o erro é ter carácter.

Anexos Ponto 5:

Anexos - Ponto n°5

MAPA SÍNTESE DA RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
		Pág. 1

Instituição Bancária		Saldo do Extracto Bancário	Saldo Contabilístico	Observações
Banco	N.º de Conta			
0007 NB	00053650001	187.849,30	187.849,30	
0007 NB	00266840008	615.543,28	615.543,28	
0010 EPI	63489270101	8.013,99	8.013,99	
0018 SANTANDER	17874322020	796,85	796,85	
0018 SANTANDER	29279213020	10.907,76	10.907,76	
0033 BCP	27940022233	3.876,23	5.029,48	Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
0035 CGD	0001517431	158.495,04	20.628,76	Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
0035 CGD	00020502530	3.793,60	23.874,19	Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
0035 CGD	00021265431	374.183,95	3.729,50	Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
0035 CGD	00022781930	1.463,59	1.463,59	
0035 CGD	00025538330	115.760,11	62.096,59	Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
0035 CGD	00026254130	15.305,00	15.305,00	
0045 CCMH	40014194969	3.426,96	3.426,66	
		Total	958.664,35	

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0007 Novo Banco Sa	Conta N.º : 00266840008	
		Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					615.543,28
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
Total					
Saldo contabilístico					(=) 615.543,28

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0007 Novo Banco Sa	Conta N.º : 00053650001	
		Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					187.849,30
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
Total					
Saldo contabilístico					(=) 187.849,30

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA					
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31					
Banco: 0010 Banco EPI, SA			Conta Nº : 63489270101		Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					8.013,99
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
Total					
Saldo contabilístico					(=) 8.013,99

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA					
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31					
Banco: 0018 Banco Santander Totta, SA			Conta Nº : 17874322020		Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					796,85
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
Total					
Saldo contabilístico					(=) 796,85

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA					
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31					
Banco: 0018 Banco Santander Totta, SA			Conta Nº : 29279213020		Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					10.907,76
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
Total					
Saldo contabilístico					(=) 10.907,76

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA					
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31					
Banco: 0033 Banco Comercial Português, SA			Conta Nº : 27980022233		Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					3.876,23
Outras operações a adicionar					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TE		2018/12/31	Município da Póvoa de Lanhoso	FECHO DE TPA	785,78
TE		2018/12/31	Município da Póvoa de Lanhoso	FECHO DE TPA	389,96
Total					(+) 1.175,74
Outras operações a subtrair					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TS		2018/12/31		ESTORNO DE PAGAMENTO DE FATURA	22,49
Total					(-) 22,49
Saldo contabilístico					(=) 5.029,48

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31

Banco: 0035 Caixa Geral de Depósitos

Conta N° : 00001517431

Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					158.495,04
Outras operações a adicionar					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TE		2018/12/31	Município da Fôvca de Lanhoso	DEPOSITO DE VALORES DE CAIXA	8.549,00
TE		2018/12/31	Município da Póvca de Lanhoso	DEPOSITO DE VALORES DE CAIXA	3.012,58
					Total (+)
					11.561,58
Outras operações a subtrair					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TS		2018/12/18	CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.		5.722,05
TS		2018/12/19	EDP COMERCIAL, COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A		2.599,05
TS	TB-7946	2018/12/31	FERNANDO ANTÓNIO SILVA MAGALHÃES	T195 CMPL	196,80
TS	TB-7947	2018/12/31	Maria do Carmo Antunes Pereira	T195 CMPL	80,00
TS	TB-7948	2018/12/31	Artur Carlos Azevedo Saraiva Caldeira	T195 CMPL	250,00
TS	TB-7949	2018/12/31	JOAQUIM ANTONIO SILVA FERNANDES	T195 CMPL	50,00
TS	TB-7950	2018/12/31	MARIA ALICE DE AMORIM FERNANDES	T195 CMPL	984,00
TS	TB-7951	2018/12/31	JOSE RICARDO CARVALHO CASTRO	T195 CMPL	92,87
TS	TB-7952	2018/12/31	JOSÉ GUILHERME PEREIRA GONÇALVES	T195 CMPL	39,05
TS	TB-7953	2018/12/31	Joaquin Armando Mogueira Mesquita	T195 CMPL	3.207,06
TS	TB-7954	2018/12/31	Fernando Joaquin Martins	T195 CMPL	1.431,36
TS	TB-7955	2018/12/31	Maria de Fatima Marinho da Mota Nunes	T195 CMPL	799,50
TS	TB-7956	2018/12/31	CLARISSE DE FATIMA FERNANDES MATOS	T195 CMPL	371,46
TS	TB-7957	2018/12/31	Daniel Adelino Pereira Paredes	T195 CMPL	250,00
TS	TB-7958	2018/12/31	HENRIQUE MANUEL PEREIRA DA SILVA	T195 CMPL	500,00
TS	TB-7959	2018/12/31	PAULINA DE LUNDES PEREIRA DE OLIVEIRA	T195 CMPL	31,40
TS	TB-7960	2018/12/31	Delfin Ribeiro Sa	T195 CMPL	201,25
TS	TB-7961	2018/12/31	Elisen José Alves Matos	T195 CMPL	600,00
TS	TB-7962	2018/12/31	Hugo Filipe Direito Lopes Dias	T195 CMPL	250,00
TS	TB-7963	2018/12/31	Crm, Luis Martins	T195 CMPL	304,43
TS	TB-7964	2018/12/31	Sónia Gabriela Fernandes da Silva	T195 CMPL	474,87
TS	TB-7965	2018/12/31	Jose Henrique Araujo De Sousa	T195 CMPL	500,00
TS	TB-7966	2018/12/31	LUIS MIGUEL GOMES SOARES	T195 CMPL	400,00
TS	TB-7967	2018/12/31	RUI MIGUEL SOARES FERNANDES	T195 CMPL	1.328,40
TS	TB-7968	2018/12/31	HELENA FILIPA SÁ DA SILVA	T195 CMPL	348,00
TS	TB-7969	2018/12/31	Joana Filipa Mota Silva	T195 CMPL	96,00
TS	TB-7970	2018/12/31	Angélica Fernandes Jardim	T195 CMPL	900,00
TS	TB-7971	2018/12/31	RECAUCHUTAGEM RAMOÁ, SA	T195 CMPL	39,81
TS	TB-7972	2018/12/31	Carnes Landeiro	T195 CMPL	60,01
TS	TB-7973	2018/12/31	ESTABELECIMENTOS CIDADE NA ALDEIA - PEREIRA E FILH	T195 CMPL	79,00
TS	TB-7974	2018/12/31	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA FÓVCA DE LANHOSO	T195 CMPL	50,00
TS	TB-7975	2018/12/31	INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO	T195 CMPL	270,48
TS	TB-7976	2018/12/31	Associação de Atletismo de Braga	T195 CMPL	1.405,00
TS	TB-7977	2018/12/31	CAROLDI, ELEVADORES, LDA.	T195 CMPL	664,20
TS	TB-7978	2018/12/31	Cinai - Engenharia E Química Avançada, S.a.	T195 CMPL	47,36
TS	TB-7979	2018/12/31	ELECTRO ANTUNES, LDA	T195 CMPL	5.535,00
TS	TB-7980	2018/12/31	MOURA, MOURA E MOURA, LDA	T195 CMPL	23,15
TS	TB-7981	2018/12/31	XZ - CONSULTORES, LDA	T195 CMPL	528,20
TS	TB-7982	2018/12/31	I.f.comunicação e Imagem Lda	T195 CMPL	49,20
TS	TB-7983	2018/12/31	INDICE - PINTURAS PUBLICITARIAS, LDA	T195 CMPL	12.475,15
TS	TB-7984	2018/12/31	IRMAOS DUARTE - CARPINTARIA, LDA.	T195 CMPL	954,00
TS	TB-7985	2018/12/31	JOLEC - COMERCIO MATERIAL ELECTRICO, LDA	T195 CMPL	4.928,36
TS	TB-7986	2018/12/31	DFSI - DES. FORM E SERV. INFORMATICO	T195 CMPL	135,30
TS	TB-7987	2018/12/31	Ittron ; Sistemas de Medição, Lda	T195 CMPL	2.265,05
TS	TB-7988	2018/12/31	Maria Da Conceição Martins	T195 CMPL	49,00
TS	TB-7989	2018/12/31	PAO QUENTE O INICIO LDA.	T195 CMPL	210,33
TS	TB-7990	2018/12/31	TOPGIM	T195 CMPL	705,50
TS	TB-7991	2018/12/31	Arriva Portugal-transportes,lda.	T195 CMPL	4.020,11
TS	TB-7992	2018/12/31	FARMUSICA-INSTRUMENTOS MUSICAIS, LDA.	T195 CMPL	246,00

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31

Banco: 0035 Caixa Geral de Depósitos

Conta Nº : 00001517431

Pág. 2

Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TS	TB-7993	2018/12/31	Galp Power Sa	T195 CMPL	4.413,58
TS	TB-7994	2018/12/31	DIVERLANHOSO - ACTIVIDADES DESPORTIVAS, LDA	T195 CMPL	500,00
TS	TB-7995	2018/12/31	Auto-sueco Portugal - Veiculos Pesados, S.a.	T195 CMPL	7.673,93
TS	TB-7996	2018/12/31	CALCETEIROS NOVAIS - UNIPessoal, LDA.	T195 CMPL	6.330,00
TS	TB-7997	2018/12/31	Peçasilimia - Comércio de Peças e Acessórios Para A	T195 CMPL	793,40
TS	TB-7998	2018/12/31	ALFINVEST, LDA.	T195 CMPL	313,10
TS	TB-7999	2018/12/31	PROPOSAL - ALUGUER, VENDA E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMEN	T195 CMPL	7.380,00
TS	TB-8000	2018/12/31	BRAQUINAGEM	T195 CMPL	61,50
TS	TB-8001	2018/12/31	SOPRESTIGIO - BANDEIRAS, LDA	T195 CMPL	196,80
TS	TB-8002	2018/12/31	LOPRANHO EQUIPAMENTOS PARA BANHO LDA	T195 CMPL	85,90
TS	TB-8003	2018/12/31	HESSER - DISTRIBUIÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS - UNIPE	T195 CMPL	84,51
TS	TB-8004	2018/12/31	JOÃO ANTÓNIO ALMEIDA MATOS, LDA	T195 CMPL	3.586,53
TS	TB-8005	2018/12/31	EQUIPAMENTOS DA CABREIRA - UNIPessoal, LDA.	T195 CMPL	110,70
TS	TB-8006	2018/12/31	Enc : Sociedade de Advogados, RI	T195 CMPL	1.916,75
TS	TB-8007	2018/12/31	LANHODOCE, L.DA	T195 CMPL	292,85
TS	TB-8008	2018/12/31	GERVASIO OLIVEIRA - TRANSPORTE, L.DA	T195 CMPL	629,51
TS	TB-8009	2018/12/31	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA "ATE QUE ENFIM"	T195 CMPL	440,00
TS	TB-8010	2018/12/31	TERRAPEDESTRE - TURISMO DA NATUREZA, L.DA	T195 CMPL	615,00
TS	TB-8011	2018/12/31	QUINTA DOS NARCISUS- EVENTOS UNIPessoal LDª	T195 CMPL	8.649,00
TS	TB-8012	2018/12/31	Manuel de Almeida Oliveira, Lda.	T195 CMPL	6.814,20
TS	TB-8013	2018/12/31	INTERFIRE	T195 CMPL	103,32
TS	TB-8014	2018/12/31	José Manuel, Unipessoal, Lda	T195 CMPL	34,07
TS	TB-8015	2018/12/31	Agrosantril Lrd	T195 CMPL	164,11
TS	TB-8016	2018/12/31	POCO CRIATIVO, UNIPessoal, LDA	T195 CMPL	3.828,99
TS	TB-8017	2018/12/31	Jacinto, Fátima & Filhos, Lda	T195 CMPL	403,75
TS	TB-8018	2018/12/31	Refcast- Associação Portuguesa da Castanha	T195 CMPL	1.113,00
TS	TB-8019	2018/12/31	Braspaint - Representações, Lda.	T195 CMPL	90,71
TS	TB-8020	2018/12/31	Bricosantos Unipessoal Ldª	T195 CMPL	140,94
TS	TB-8021	2018/12/31	Carlos Meira Sa Unipessoal Ldª	T195 CMPL	187,50
TS	TB-8022	2018/12/31	Moura Vieira & Soares Ldª	T195 CMPL	2.670,24
TS	TB-8023	2018/12/31	Letras e Asteriscos - Artes Gráficas Unip Lda	T195 CMPL	118,08
TS	TB-8024	2018/12/31	Augusto Oliveira - Terraplanagens Unipessoal, Lda.	T195 CMPL	1.012,30
TS	TB-8025	2018/12/31	Ricardo Carvalho Castro Unipessoal Ldª	T195 CMPL	170,55
TS	TB-8026	2018/12/31	Luz e Festa Unipessoal Lda	T195 CMPL	11.070,00
TS	TB-8027	2018/12/31	Lifprod Unipessoal, Lda	T195 CMPL	2.029,50
TS	TB-8028	2018/12/31	More Sec It And Security, Lda	T195 CMPL	233,70
TS	TB-8029	2018/12/31	Fania Orrelli Castro da Silva, Unipessoal, Ld	T195 CMPL	4.883,51
TS	TB-8030	2018/12/31	Sentido Absoluto, Lda	T195 CMPL	2.275,50
TS		2018/12/31	EDP COMERCIAL, COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A		9.805,04
TS		2018/12/31	Neo - Serviços de Comunicações E Multimédia S.a.		313,63
TS	TB-7945	2018/12/31	MARIA ARMANDA ALVES GONÇALVES FERREIRA	T195 CMPL	344,40
TS	TB-7968	2018/12/31	Centro Cultural e Recreativo da Juventude de Cação	T195 CMPL	600,00
Total					(-) 149.427,86
Saldo contabilístico					(=) 20.628,76

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0035 Caixa Geral de Depósitos	Conta N° : 00020502530	Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					3.793,60
Outras operações a adicionar					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TE		2018/12/31	CONFORMETAL- INDUSTRIA TRANSFORMADORA DE CHAPAS ,		26,62
TE		2018/12/31		FATURAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	301,33
TE		2018/12/31		FATURAS DE AGUAS RESCIDAS POR P	19.886,99
				Total (+)	20.214,94
Outras operações a subtrair					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TS		2018/12/27	SIBS - FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A.		36,90
TS		2018/12/31		REEMBOLSO DE FATURAS DE AGUA	97,25
				Total (-)	134,15
Saldo contabilístico					(=) 23.874,19

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0035 Caixa Geral de Depósitos	Conta N° : 00021265431	Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					374.183,05
Outras operações a subtrair					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TS	TB-8047	2018/12/31	CAMIDIO JOSE RODRIGUES, SA	T196 CMFL	100.000,00
TS	TB-8048	2018/12/31	CAMIDIO JOSE RODRIGUES, SA	T196 CMFL	7.408,72
TS	TB-8049	2018/12/31	Domingos Silva Teixeira, S.a.	T196 CMFL	253.205,73
TS	TB-7941	2018/12/31	AXO - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA	T194 CMFL	9.840,00
				Total (-)	370.454,45
Saldo contabilístico					(=) 3.729,50

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0035 Caixa Geral de Depósitos	Conta N° : 00022781930	Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					1.463,59
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
				Total (=)	1.463,59
Saldo contabilístico					(=) 1.463,59

FOLHA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0035 Caixa Geral de Depósitos	Conta N° : 00025538330	Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					115.780,11
Cheques em trânsito					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
LC	7830561987	2018/12/28	Maria da Silva Ferreira		150,00
LC	3330561992	2018/12/31	CABENA - CABINAS DE BENAVENTE, LDA		6.113,10
LC	243051993	2018/12/31	Floponor, Sa		2.232,36
LC	1530561994	2018/12/31	Agua do Norte, S.a.		3.804,08
LC	0630561995	2018/12/31	NICOLAU DE MACELO, S.A		509,28
LC	9430561996	2018/12/31	AMARO & ANTRAL, LDA		365,56
LC	8530561997	2018/12/31	Axivia Portugal-transportes,lda.		1.651,42
LC	4930562001	2018/12/31	ANO - SISTEMAS DE INFORMATICA E SERVIÇOS, LDA		55,35
LC	4030562002	2018/12/31	TERRAPEDESTRE - TURISMO DA NATUREZA, L.DA		615,00
LC	3130562003	2018/12/31	PROPOGAL - ALOQUER, VENDA E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMEN		199,31
LC	7630561998	2018/12/31	TÁXIS MONTEIRO, LDª.		255,00
LC	6730561999	2018/12/31	SANILANÇO - ARTIGOS SANITARIOS, LDA		3.061,68
LC	5830562000	2018/12/31	VOIPUNIFY		87,56
LC	2230562004	2018/12/31	Copidata, Sa		697,29
LC	1330562005	2018/12/31	HELENA FILIPA SÁ DA SILVA		240,00
LC		2018/12/31	FREGUESIA DE TRAVASSOS		3.070,41
LC	9230562007	2018/12/31	FREGUESIA DE S.JOAO DE REI		5.157,71
Total					(=)
Outras operações a subtrair					
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
TS		2018/12/31	EDP COMERCIAL, COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A		25.508,41
Total					(=)
Saldo contabilístico					(=)
					62.096,59

FOLHA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0035 Caixa Geral de Depósitos	Conta N° : 00026254130	Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					15.305,00
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
Total					
Saldo contabilístico					(=)
					15.305,00

FOLHA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PERÍODO DE 2018/01/01 A 2018/12/31		
Banco: 0045 Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	Conta N° : 40014194969	Pág. 1

Saldo do Extracto Bancário					3.426,06
Tipo	Número	Data	Descrição	Observações	Valor
Total					
Saldo contabilístico					(=)
					3.426,06

Avenues - Pont 7

[illegible]

Pagamentos em atraso (stock final de período) 1º Maio de 120 dias e menor ou igual a 240 dias (111)	Pagamentos em atraso (stock final de período) 1º Maio de 240 dias e menor ou igual a 360 dias (112)	Pagamentos em atraso (stock final de período) 1º Maio de 360 dias (113)	Pagamentos em atraso (stock final de período) 1º Maio de 120 dias e menor ou igual a 240 dias e menor ou igual a 360 dias (111 + 112 + 113)	Compromissos assumidos (valores acumulados) (115)	Pagamentos efetuados (valores acumulados) (116)
0,00	0,00	0,00	0,00	3.468.505,16	2.596.825,20
0,00	0,00	0,00	0,00	50.568,40	40.804,19
0,00	0,00	0,00	0,00	130.885,94	100.163,30
0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	39.883,33
0,00	0,00	0,00	0,00	398.600,00	309.353,94
0,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00	183.664,64
0,00	0,00	0,00	0,00	1.730,00	1.277,96
0,00	0,00	0,00	0,00	38.433,24	32.981,15
0,00	0,00	0,00	0,00	4.178.166,80	2.898.865,13
0,00	0,00	0,00	0,00	48.756,02	35.919,90
0,00	0,00	0,00	0,00	528.641,37	401.031,28
0,00	0,00	0,00	0,00	992.344,10	779.316,52
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	44.296,66	41.161,08
0,00	0,00	0,00	0,00	3.434.263,92	1.268.458,06
0,00	0,00	0,00	0,00	1.538.738,02	938.120,46
0,00	0,00	0,00	0,00	175.087,50	175.087,50
0,00	0,00	0,00	0,00	167.900,00	119.900,00
0,00	0,00	0,00	0,00	15.381.952,32	9.082.617,74

O Presidente da Mesa João Duque deu início ao período antes da ordem do dia (PAOD).
Concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Bem, eu começo por congratular e dar os parabéns à senhora vereadora, senhora vice-presidente, pelos conhecimentos técnicos que aqui hoje demonstrou e espero que, a partir de hoje, isso não sirva mais como desculpa para não dar resposta aos deputados desta Assembleia Municipal.

Relativamente à intervenção que a senhora fez, obviamente o meu colega de bancada, Dr. Paulo Bastos, terá oportunidade de responder e eu apontei só aqui algumas questões e começava por pedir que a intervenção da senhora vereadora ficasse integralmente escrita em ata, para que depois pudéssemos consultar.

Mas dizia a senhora vereadora, a determinado momento, que foram inventariados bens em todos os meses. Ora bem, das duas uma. Ou a senhora mentiu já aqui nesta intervenção ou então deram-nos os documentos errados para analisar no relatório,

porque efetivamente, no relatório que nos deram, constatávamos que em janeiro não haviam bens inventariados, em fevereiro, em março, em abril, em maio e inventariaram o primeiro no dia 4 de junho de 2018. Isto é só alguma das questões que eu coloquei, do que eu apanhei na sua intervenção. E depois dizia a senhora vice-presidente que errar é humano, assumir o erro é caráter. Congratulo-me também pelos senhores terem caráter, porque efetivamente, no último ponto que vamos discutir esta noite, e eu falarei nisso, os senhores assumiram o erro. Por isso, precisamente da acusação que fez o Dr. Paulo Bastos e no relatório que apresentam hoje, já há ali uma alteração relativamente ao anterior, o que demonstra a assunção desse erro. Mas quanto a isto, obviamente, o meu colega Dr. Paulo Bastos terá oportunidade de lhe responder.

O que me traz aqui, na ordem antes do dia, para a minha intervenção, é o seguinte: Assistimos, no passado dia 26 de maio, a mais um ato eleitoral, no caso as eleições europeias, que decorreram num contexto repleto de incertezas, no que ao projeto europeu diz respeito, e eu poderia aproveitar esta oportunidade para sublinhar os resultados obtidos, quer a nível nacional como concelhio, com vitórias do PS; mas a verdade é que o resultado que mais nos preocupa é, sem dúvida nenhuma, a elevada taxa de abstenção registada neste ato eleitoral. No nosso país, a abstenção atingiu um valor recorde de 66,3%. Analisando o comportamento eleitoral dos jovens entre os 18 e os 24 anos no nosso país, verificamos que apenas 19% exerceu o seu direito de voto. Nesta faixa etária estamos perante uma taxa de abstenção superior a 80%. Estes são dados preocupantes e que nos devem conduzir a uma reflexão acerca das suas causas. Estarão estes níveis de abstenção relacionados apenas com o desinteresse da população, e dos jovens em particular, pela construção do futuro coletivo? Parece-nos que é bem mais do que isso. Haverá certamente várias causas, mas no topo da lista está o afastamento das pessoas relativamente à política, por descredibilização dos políticos. Descredibilização essa que tem início na discrepância entre as palavras e as ações dos agentes políticos. Seria certamente um tema a explorar a uma escala nacional, mas aqui importa falar da realidade do nosso concelho, onde a abstenção rondou os 70%. Relembro que, no seu discurso de tomada de posse, o Sr. Presidente de Câmara prometia, e passo a citar: “Trabalharei com todos, respeitando o espaço da oposição e as opiniões nem sempre convergentes. Só assim faz sentido, só assim a política se concretiza na sua plenitude, só assim quem exerce o mais alto cargo autárquico poderá ser respeitado. Serei, em cada momento, o Presidente de todos os povoenses.” Fim de citação.

Pois bem Sr. Presidente, pegando nestas palavras e enquadrando-as naquilo que tem sido as suas ações, mais precisamente aqui em sede de Assembleia Municipal, eu diria que está bem clara a verdadeira razão do afastamento das pessoas para com a política. Preparar um discurso com base em conceitos pré-concebidos não é de todo suficiente. É preciso ação. Uma ação clara, inequívoca que se enquadre nesse mesmo discurso. Uma ação que seja o reflexo daquilo que dizemos e prometemos. Uma ação que nos permita

essa credibilização e consequente aproximação das pessoas à política. Acreditando na genuinidade das suas palavras, aquando da tomada de posse, e fazendo fé que estamos ainda a tempo de admitir e corrigir erros do passado recente, esperamos, Sr. Presidente, que não manche escuro na resposta fácil de que não é técnico, mas sim político, para deixar a oposição e os povoenses sem respostas. O senhor não é técnico mas é político a tempo inteiro. É profissional da política e é sua obrigação dominar todos os assuntos inerentes à gestão da Câmara Municipal. Admitimos que, numa ou noutra situação, não disponha de informação no momento, para nos responder, mas é seu dever procurar essa informação e trazer respostas a esta assembleia, que é o mesmo que trazer respostas aos povoenses. Hoje fizeram-no, e muito bem, mas já estamos quase a meio do mandato, senhora vereadora.

E não. Isto não é uma crítica só porque sim. É, isso sim, uma sugestão que, se aceite, só por si será fundamental para revestir o seu discurso de coerência, pois eu não acredito que no seu conceito de respeito pela oposição se enquadre este pensamento do passado. Na última Assembleia Municipal foi colocada uma série de perguntas, não só pela bancada do PS mas também pela bancada do MAI, que ficaram uma vez mais sem resposta. Este é um comportamento recorrente, por parte do executivo municipal, que consideramos inaceitável e que descredibiliza e desprestigia o lugar que o senhor e o seu executivo ocupam. Gostávamos ainda de fazer aqui uma referência: é mais uma situação que consideramos pouco normal. Também na última Assembleia Municipal, quando confrontado com a questão do abate de árvores no Horto, o Senhor Presidente respondeu de uma forma no mínimo estranha, dizendo que tinha sido informado pela Confraria que existiria um estudo que dava conta do mau estado das árvores abatidas. Dizia ainda o senhor que não viu o estudo mas que também não precisava, porque confiava nas pessoas e que esse estudo estaria disponível para quem o quisesse consultar; bastaria para isso solicitar ao juiz da Confraria. Pois bem, gostaríamos de saber se tem mais alguma informação sobre este caso, uma vez que o PS solicitou a consulta desse estudo e, imagine-se só, até hoje, à hora de entrar nesta assembleia, não obtivemos nenhuma resposta. Insistimos, foi por duas vezes que fizemos o pedido desse estudo e não obtivemos resposta. Portanto, uma vez que são pessoas em quem o senhor confia, pelos vistos confia cegamente, certamente a si não terão problema em fornecer o referido estudo. E, nesse sentido, pedíamos ao senhor Presidente que fizesse o favor de solicitar o estudo à Confraria, por forma a apresenta-lo aqui na Assembleia Municipal. Provavelmente, se hoje tiver o estudo consigo que nos apresentasse esse estudo. Já agora, eu tenho na minha posse um estudo de 2011 que prova que, à altura, duas das referidas árvores apresentavam problemas e eu não tenho qualquer problema em mostrar o estudo, para quem quiser consultar; tenho-o ali comigo.

Por último, também gostaria de deixar aqui uma questão ao executivo. O setor têxtil está a atravessar um período muito complicado no nosso concelho. Temos informação do encerramento de várias pequenas confeções e mesmo os maiores empresários desta

área estarão a sentir algumas dificuldades, e em alguns casos recorreram já ao despedimento de algumas pessoas.

Pergunta que lhe colocamos: a Câmara Municipal está a par desta situação e que medidas está a preparar para combater este problema? Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI Carla Santos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“O MAI tem vindo sucessivamente a alertar o executivo para a necessidade de implementação de uma estratégia de desenvolvimento coesa e integrada do Concelho. E para a necessidade de recolher e tratar indicadores, por forma a ser capaz de avaliar o impacto da sua atividade no desenvolvimento do Concelho. A este propósito foi publicado, em maio último, pela ordem dos economistas, um estudo relativo à sustentabilidade dos municípios portugueses, o denominado raiting municipal português. Trata-se de um modelo de avaliação integrado dos 308 municípios, em 25 indicadores ponderados, reunidos em 4 dimensões, a saber: governança, serviço ao cidadão ou eficiência da Câmara Municipal, desenvolvimento económico e social, sustentabilidade financeira.

Analisemos, pois, a posição do Município da Póvoa de Lanhoso.

No raiting global, a Póvoa de Lanhoso está, num universo de 308 municípios, na posição 233. Na dimensão da governança, aparece na posição 252. Relativamente à eficiência da Câmara Municipal está na posição 203. No desenvolvimento económico e social, está no lugar 186 e na sustentabilidade financeira está na posição 220.

Informação a reter: A Póvoa de Lanhoso não consegue estar a meio da tabela em nenhuma das dimensões analisadas. A Póvoa de Lanhoso está, em todas as dimensões analisadas, mais próximo do fundo da tabela. A Póvoa de Lanhoso está a 233 pontos do primeiro lugar e a 101 pontos do último. Na governança, isto é, na forma como o poder executivo é exercido na administração dos recursos políticos sociais e económicos do Município está na posição 252. No distrito de Braga, só Cabeceiras de Basto e Terras de Bouro estão pior classificados. Nos primeiros lugares da listagem aparecem concelhos mais urbanos e menos urbanos, o que revela que nem a dimensão nem a localização são fatores decisivos para esta classificação.

Senhor Presidente, o Município da Póvoa de Lanhoso aparece neste estudo numa posição francamente má e não, não é uma questão técnica porque, quando se analisam dimensões como a governança, serviços ao cidadão, desenvolvimento económico e social e sustentabilidade financeira, estamos a falar de representações que têm que ver com estratégias políticas e políticas públicas de desenvolvimento.

Senhor Presidente, há uma verdadeira e adequada estratégia de desenvolvimento para o Concelho ou este posicionamento reflete precisamente a ausência de uma estratégia de desenvolvimento? Fica a questão.

Para bem dos povoenses, oxalá faça uma reflexão sobre a situação política que nos tem levado a este fraco desempenho na governação municipal. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Respondendo ao senhor deputado Filipe Silva, perante a gravidade das acusações e das insinuações que foram feitas aqui, na última assembleia, e em relação às quais eu, na hora, manifestei o meu desagrado. Às vezes não são só as questões que se põem, mas a forma como se põe em causa o profissionalismo até dos técnicos. Não fomos nós que dissemos. Eles ouviram a gravação, leram as atas, quer o RO, quer os técnicos, e em conjunto connosco fizeram este documento técnico.

Mas eu disse-lhe que, uma vez que as autarquias locais são obrigadas a reportes de informação financeira mensal, tal não permite efetuar movimentos contabilísticos por notas de lançamento com datas de meses já encerrados.

Embora possam estar registados ou inventariados bens até semanalmente, eles não podem é depois ser vertidos no mapa do ativo de modo avulso. Se calhar, depois são em bloco, antes do fecho das contas, como eu aqui lhe disse, porque o património também tem muitas contas e vá à pagina 376 da prestação de contas e pode ver as inúmeras contas do património; elas só podem ser então lançadas, depois do encerramento do ano, na base de dados do património.

E penso que, quanto à questão que colocou relativamente a isto está respondido. E só uma questão: fomos forçados a ler na assembleia, porque já não é a primeira vez que isto acontece. Foram colocadas já questões por escrito e receberam as informações, as respostas por escrito, e não valeu absolutamente de nada, porque isto continua a ser recorrente. Portanto, todas as pessoas que estão na assembleia, deputados e público, tiveram a oportunidade de ouvir as explicações e fica transcrito em ata, porque de outra maneira não ficaria.”

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Filipe, sobre as árvores do Horto, a Câmara Municipal não tem nada que se meter com as associações. E continuo a dizer que confio plenamente nas pessoas que estão à frente das associações, inclusive a que está em causa que é a Associação do Horto. Por isso mesmo, as associações têm a vida própria e a Câmara Municipal não tem nada que se meter com as próprias associações.

Em relação ao têxtil, de que falou, a Câmara Municipal tem falado com o IEPF e, ainda na última segunda-feira, estive a falar com o IEPF, perguntando porque é que realmente as pessoas que estão desempregadas, e se há pessoas desempregadas no setor, porque é que não conseguem enviá-las para a Fábrica Valérius, que tem disponibilidade de 50 postos de trabalho. Ele disse que ia fazer esse estudo, inclusive está marcada para iniciar uma formação na própria Valérius, com vinte e tal pessoas, e não conseguem agrupar essas pessoas para começar essa formação. Estamos atentos a essa situação e, de certeza, juntamente com o IEPF, vamos resolver este problema, porque realmente há fábricas que fecharam, mas há outras fábricas que precisam de pessoas para trabalhar. Em relação ao estudo que foi feito e que a senhora deputada muito bem explanou nesta sala, ele já foi desacreditado pela própria ordem dos economistas; portanto, esse relatório não tem valor nenhum, senhora deputada. Porque sendo desacreditada pelos próprios economistas, eu penso que não tem valor nenhum. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, essa afirmação de “a câmara não tem nada que se meter nas associações” é mais uma afirmação em que não bate o discurso com a ação, porque eu particularmente tenho conhecimento de algumas movimentações junto de algumas associações, que nos indicam que muitas vezes não é assim que os senhores procedem; mas não é isso que está em causa: que a câmara não tem, não deve ter nada a ver com as associações. O que está aqui em causa é que foi o senhor que disse, perante esta assembleia, que o Sr. Juiz da Confraria havia assumido consigo que tinha um estudo e esse estudo estaria disponível para qualquer povoense a qualquer altura o poder consultar; foi o que o Sr. Juiz da Confraria lhe disse. E como o senhor confia cegamente no Sr. Juiz da Confraria, eu suponho que seja um amigo seu próximo, e portanto, o que eu lhe pedi aqui é que o senhor solicite ao Sr. Juiz esse estudo, para que seja apresentado nesta Assembleia Municipal, uma vez que, ao contrário do que o senhor havia afirmado na última Assembleia Municipal, nós solicitamos o estudo e nem sequer obtivemos resposta. Portanto, aquilo que eu pedi foi que o senhor solicitasse o estudo e, na próxima sessão, apresentasse o estudo a esta assembleia. É só isso. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente ao estudo. O estudo foi apresentado na sede da ordem dos economistas. A ordem dos economistas não veio dizer que o estudo não tem caráter técnico, bem pelo contrário. E a Associação Nacional de Municípios, que veio dizer que não concordava muito com o estudo, foi ouvida na definição dos critérios das dimensões e dos indicadores, bem como as Comissões de Coordenação. Independentemente do valor que o estudo possa ter, eu acho que, no mínimo, deviam olhar para os números e tentar perceber porque é que essas coisas são assim.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente da Câmara, este corte, abate de árvores, nomeadamente de tílias, no Parque do Horto, aconteceu a meados de março e eu nem pude acompanhar muito proximamente a situação, porque um acontecimento infausto me atingiu familiarmente. Mas isto ainda me deixou mais triste e desolado. E sei que o senhor também ficou, porque acredito que o senhor fala verdade quando diz “que gosta de árvores”, mas o certo é que estes acontecimentos estão a marcar o seu mandato de uma forma, que eu lamento, sinceramente, negativa. Porque é preciso haver outro controlo de gestão administrativa relativo às condicionantes de PDM, da parte da Câmara Municipal. Eu também reitero o que o estimado senhor deputado Filipe Silva disse: que lhe fica bem, e fica, confiar nos dirigentes das associações do Concelho, nomeadamente numa associação canónica que é pública e tem responsabilidades públicas perante a câmara. Mas esta confiança espero que não seja confundida com amizade. Eu já ouvia, nos bons tempos da JSD, que a política criada na amizade não é positiva, ao contrário da amizade criada na política. Espero que o senhor exija às pessoas que aquele parque, que é um parque que tem condicionantes de reserva ecológica, numa grande mancha de reserva agrícola, e que tem condicionantes das Estradas de Portugal, é um parque que constitui um ex libris da Póvoa de Lanhoso, portanto, pertence também, no lato sentido, a todos os povoenses. E que essas pessoas têm que ter responsabilidade naquilo que dizem, naquilo que fazem, e sobretudo tem que haver transparência. Tem, de uma vez por todos, que haver transparência. Francisco Sá Carneiro dizia que a regra mais essencial da política é a transparência. Francisco Sá Carneiro é uma referência para mim, também devia ser para os senhores, que se dizem sociais democratas. E isto tem que ser feito, senhor Presidente. O controlo da gestão administrativa, das condicionantes do Parque do Horto, tem que ser o Presidente da Câmara e o seu executivo a fazê-lo e não é confiar, porque eu sei de fonte fidedigna que o estudo até existe, mas é oral e não se pode tomar uma deliberação destas, com estas consequências, baseando-se num estudo que é oral, de um técnico que não sabemos quem é. E por isso, senhor Presidente, eu insto V. Ex.^ª a

doravante, porque eu sei que aquilo vai prosseguir, a estar mais atento e a câmara a assumir as suas responsabilidades de fiscalização. Muito obrigado, senhor Presidente.”

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que estava terminado o período antes da ordem do dia (PAOD). Informou que não havia inscrições no período de intervenção dos Presidentes de Junta (PIPJ).

Concedeu a palavra ao deputado António Machado para leitura de relatório da CPCJ.

Interveio o deputado António Machado, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Na qualidade de membro da Comissão alargada, nomeado por esta Assembleia, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do nosso Concelho, fui incumbido de aqui apresentar, para conhecimento geral, um resumo do relatório da atividade desta Comissão, durante o ano de 2018, e que passo a citar:

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Lanhoso é uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional, que tem como objetivo promover os direitos das crianças e jovens e prevenir ou pôr termo a situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

No âmbito da sua atividade e por referência ao ano de 2018, foram abertos 50 novos processos, tendo sido reabertos 15. Atendendo a que transitaram, do ano de 2017, 71 processos ativos, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do nosso Concelho acompanhou 136 crianças e respetivas famílias.

As situações de perigo que assumem maior expressão no nosso Concelho, e que motivaram a intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, estão associadas às seguintes problemáticas: exposição a contexto de violência doméstica (26 processos), exposição a outros contextos que afetam o bem-estar e desenvolvimento da criança (16 processos), assunção, por parte dos jovens, de comportamentos que comprometem o bem-estar e desenvolvimento (9 processos), absentismo escolar (4 processos), negligência (3), abandono escolar (2 processos), exposição a modelos de comportamento desviantes (2 processos) maus tratos (1 processo), outras situações de perigo (1 processo).

Para além da intervenção direta em situações de perigo, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens também tem vindo a desenvolver diferentes ações, no âmbito da prevenção, procurando sensibilizar toda a comunidade para a problemática dos direitos das crianças e para a necessidade e obrigatoriedade conjunta da sua proteção.”

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que não havia inscrições para o período de intervenção do público (PIP). Iniciou a ordem do dia com a leitura do **ponto 1 “Análise**

da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Concedeu a palavra à câmara municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e no, uso da palavra, referiu:

“Umas notas breves, para destacar o que me parece mais importante nesta informação sobre a atividade da Câmara Municipal e a sua situação financeira. Somos um concelho exemplar ao nível do projeto educativo que estamos a realizar com os agrupamentos de escolas. Para além dos investimentos que estamos a fazer na requalificação das escolas, os deputados puderam ler sobre os vários projetos em que estamos envolvidos e que pretendemos ser um forte contributo para o sucesso escolar dos alunos. São projetos pensados o nível supramunicipal, com meios humanos e materiais inovadores e que estão empenhados em ser um complemento muito forte na formação dos nossos alunos. Segunda nota: a semana da saúde foi um sucesso. Reforçando a nossa adesão à rede de municípios saudáveis, esta iniciativa pretendeu juntar os agentes dos cuidados e promoção de saúde do nosso concelho. Esta é uma componente muito importante para garantirmos a qualidade de vida dos povoenses e por isso achamos fundamental que coloquemos os agentes de saúde em sintonia, valorizando o seu trabalho. Terceira nota: iniciámos a requalificação do Campo da Feira. Uma obra necessária, que vem rematar o projeto da regeneração urbana da Vila e que mudou para melhor a imagem e o conforto da sede do Concelho. A empreitada dos pedonais, o alargamento do Parque do Pontido, a requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues, do Largo da Alegria e do Amparo, ao que se junta agora esta obra da feira, representa um investimento superior a 2 milhões e 900 mil euros. Concluimos, desta forma, os principais compromissos que assumimos com os povoenses para esta primeira fase do mandato autárquico.

Quarta nota: a Prozis não para de crescer. É bom que se diga com todas as letras que esta empresa só está no concelho porque a autarquia se empenhou na sua instalação e porque, justiça seja feita, o Presidente Baptista, pessoalmente, convenceu o criador deste projeto. Como eu referi na última assembleia, haveria, para breve, novidades sobre o crescimento do Grupo Prozis. Pois muito bem, as antigas instalações da CARVITEX vão acolher mais uma unidade de produção deste grupo, gerando cerca de 100 novos postos de trabalho. Neste momento, os principais espaços empresariais devolutos estão ocupados, o que revela bem a dinâmica económica do nosso concelho.

Em Fontarcada, está em fase final de construção mais uma unidade industrial em avançado estado de requalificação das antigas instalações do ISAVE. Quando aqui aprovamos a isenção do IMT à PROZIS, eu disse que este apoio era fundamental para que a empresa não escolhesse outros concelhos para crescer. E estivemos todos bem em apoiar esta proposta da Câmara Municipal. Em breve, centenas de trabalhadores serão recrutados para estas novas unidades, representado uma ajuda muito importante para

os povoenses que aqui podem ter o seu futuro profissional, mas também para o comércio, pois as empresas desta dimensão geram negócio e vida para o Concelho.

Quinta e última nota: a situação financeira deste trimestre sofreu uma redução significativa da dívida orçamental global. Como vos tenho dito, há variações normais ao longo do ano, seja para cima ou seja para baixo, mas o mais importante é que temos as contas em dia. Temos uma situação financeira estável, equilibrada e que dá aos povoenses segurança, pois a Câmara Municipal é gerida com rigor e transparência. Queria também informar do seguinte: hoje entregamos os prémios do concurso António Celestino, que estavam agendados já há muito tempo; como esta assembleia teve de ser antecipada, coincidiu com esta iniciativa. Sendo do meu pelouro e uma iniciativa que temos de acarinhar, eu vou-me ausentar no final deste ponto, para ir lá entregar os respetivos prémios. A câmara está naturalmente bem representada pela vice-presidente e pelos vereadores. Agradeço a vossa compreensão. Obrigado a todos.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, V. Ex.ª falou, e com mérito, elencando várias notas de atividades que têm o nosso reconhecimento e, desde logo, parabéns pela excelente iniciativa da semana da saúde e vida, pelo primeiro torneio infantil Manuel Baptista, um excelente tributo de memória do saudoso Manuel Baptista, pelo sustentado e progressivo projeto de investimento da Prozis e outros que aqui nos elencaram. Como na educação, onde estão bem evidenciadas as atividades e projetos, os meios e recursos que estão a ser elaborados. E a educação aqui é um bom exemplo, porque já aqui a senhora vereadora citou o regime jurídico para as autarquias locais e, salvo erro, é o artigo 25.º que define este ponto, que é uma informação escrita pelo Sr. Presidente sobre a atividade política da câmara e a informação financeira do Município. E há aqui atividade política que, de facto, não deixa perceber onde é que está a política. Eu já uma vez critiquei que este documento já esteve melhor e agora está pior. Há informaçõezinhas, as relevantes ficam para trás, e eu dou-lhe um exemplo senhor Presidente, só porque não tenho muito tempo: o desenvolvimento económico e turístico. Turismo, caminhada noturna. Eu gosto muito da noite. Da próxima vez irei, até porque preciso de fazer caminhada porque tenho uma profissão muito sedentária. Mas elencar isto, porque além da Póvoa de Lanhoso participaram pessoas do Concelho de Braga, Guimarães e Santo Tirso, Viana, Porto, Matosinhos... Isto tem algum interesse como atividade política? E será que fica bem neste setor? Não fica melhor no setor da dinamização cultural, social, recreativa ou até de alguma natureza desportiva? Isto, como o destaque depois é para o “bacalhau”, não sei se aqui se aplica o dito jocoso: “para quem é...” – isto é, deputados municipais, senhores presidentes das juntas -

“...bacalhau basta”. Espero que não. Mas, senhor Presidente, como não tenho tempo, vou-lhe perguntar sobre o turismo: há precisamente um ano e quatro meses, portanto há dezasseis meses, na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2018 – e eu imprimi a ata para não me enganar – depois de uma minha interpelação sobre a falta de estratégia de turismo no Concelho e depois também de uma assertiva intervenção, nesse sentido, do senhor deputado Filipe Silva da bancada do PS, o senhor presidente surpreendeu-nos ao dizer isto: “senhor deputado, em relação ao turismo nós estamos com uma candidatura que penso que vai mudar o paradigma da Póvoa de Lanhoso. E estamos realmente a fazer uma candidatura.”

Senhor Presidente, se há 16 meses está a fazer uma candidatura e aqui ainda nada consta de quem a está a elaborar, se é uma empresa, se é uma empresa privada, publico-social, se é alguma universidade, se é uma Universidade Católica, do Minho outra, se não estamos a dizer em que fase está essa candidatura, se vai ser para o 2020. Estamos a 1 ano de ele terminar, ou nem tanto. Senhor Presidente, como está o plano estratégico para o turismo? Merecia uma resposta.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP do PS, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente à atividade do município e à sua situação financeira, o PS considera-se inteirado. Contudo, temos algumas considerações.

No tocante à educação, senhora vereadora, são sempre de saudar políticas que visem o aproveitamento escolar dos nossos alunos, por forma a torna-los cidadãos plenos, em consciência e ação. As plataformas ou equipas de ajuda e prevenção, mas acima de tudo de alerta sobre o modo como as instituições de educação do nosso concelho funcionam e interagem com os alunos, são excelentes ferramentas. O PS vê e saúda os bons resultados dessa política, o “Team4School”. Como veem, não nos custa saudar políticas em prol do município.

Em relação ao desenvolvimento económico, vou recuperar uma notícia antiga. No passado dia 2 de agosto de 2018, foi publicado no site da Câmara Municipal uma notícia que tinha por título “Desemprego recua na Póvoa de Lanhoso”. São sempre excelentes notícias, que nos deixam a todos felizes e otimistas. Dizia então a notícia: “Tem vindo a baixar o número de povoenses sem trabalho, inscritos ou inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional. De acordo com o IEFP e no que concerne ao ano 2018, verificou-se uma descida de cerca de 284 inscritos, 27% desde o mês de janeiro até junho.” E o Senhor Presidente tece o comentário na mesma notícia. Estes números são um bom indicador do esforço que todos estamos a fazer para promover o emprego no concelho. Já no passado dia 25 de setembro, nesta mesma sessão do Dia do Concelho, o

Senhor Presidente, sob o lema, diz “É bom viver na Póvoa de Lanhoso, trabalhar e visitar.”

No relatório hoje apresentado, passo a ler e citar, na página 4 diz o seguinte sobre a Prozis: “Em breve serão recrutadas centenas de trabalhadores, representando um contributo extraordinário para a diminuição do desemprego no Concelho e, por consequência, para a minimização dos problemas sociais e das famílias”. Em concreto, Senhor Presidente, e volto a fazer-lhe a mesma questão que fiz na outra sessão da Assembleia Municipal: quantos empregos diretos ou indiretos são criados no Concelho para munícipes; e estas dezenas de empregos são para munícipes ou são para pessoas que venham de fora trabalhar para a Póvoa de Lanhoso?

Por fim, mas não por último, Sr. Presidente: o Conselho Municipal de Juventude, que deveria servir como órgão municipal consultivo que pretendesse proporcionar aos jovens munícipes um espaço aberto ao debate, à partilha de opiniões, à semelhança do que acontece em outros municípios, no nosso caso, parece-nos suspenso. Pretende ou não o Sr. Presidente ouvir os jovens ou instituições juvenis do seu concelho? Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu até trouxe aqui a primeira folha do dossier da Câmara Municipal, isto tendo em conta a intervenção do senhor deputado Rui Rebelo, para lhe dizer que está bem expresso no ponto 1 da ordem de trabalhos de hoje “análise da atividade do município”. Não diz em lado nenhum que é análise política. Na própria lei também não se refere em lado nenhum. É análise da atividade do município, portanto, espelha o município, aquilo que faz, no seu relatório, o que é normal e que sempre aconteceu. Sempre aconteceu senhor deputado. Aqui, que eu saiba, não há disparates. Que eu saiba, é atividade do município. É atividade política, não são disparates. É a atividade que os povoenses elegeram e quiseram no exercício destas funções. Em relação a este assunto diria também... – e, naturalmente, o senhor Presidente da Câmara, na intervenção que fez, já antecipou praticamente aquilo que se poderia dizer, e fez muito bem, aliás - ...mas dizer que se trata de um curto espaço de tempo, pouco mais de um mês desde a última Assembleia Municipal até agora, e que os diversos setores de atividade do município – tais como a educação, o desenvolvimento social, a promoção da saúde, do desenvolvimento económico, e turismo, a dinamização social, o desporto, a juventude, de entre tantos outros – todos eles demonstram que está e se mantém dinâmica e que se prepara e bem para o futuro. Aliás, como já temos vindo a dizer quanto à questão da iluminação a LED, que também se refere.

Também uma nota que eu gostaria de deixar, e que já o senhor Presidente referiu, mas que eu quero destacar, que tem a ver com o bom desempenho económico que mantém em queda a dívida do município. É cerca de 1 milhão de euros a menos e ainda falta contabilizar os valores que estão para receber, quase 1 milhão e 400 mil euros, que irão entrar a seu tempo nas contas do município. Sobre a atividade do município é aquilo que se me oferece dizer, Senhor Presidente, e dizer que o GP do PSD está inteirado.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. deputado dr. Rui Rebelo, eu queria dizer, sobre as caminhadas, que o convidado, na próxima caminhada, que é de 2 dias e que é para perto de 40 ou 50 pessoas, eu convidoo a fazer essa caminhada, em que nós mostramos o que há de bom na nossa terra. Nós visitamos sítios que a maior parte das pessoas, mesmo os que estão aqui, não conhecem. Fazemos caminhadas noturnas para mostrar os nossos monumentos e mostrar tudo o que há de bom na Póvoa de Lanhoso. Tem sido um sucesso e posso-lhe dizer que a última caminhada teve 400 pessoas da Póvoa de Lanhoso e de outros Concelhos. E tem sido um sucesso, porque as pessoas que nos vem visitar... e posso mencionar que há aqui pessoas na bancada que tem feito essas caminhadas e que tem visto que tem sido um sucesso e que tem sido bom para o Concelho da Póvoa de Lanhoso, para mostrar tanto o património como outras situações do nosso Concelho.

Em relação ao turismo, estamos a fazer um estudo junto da Universidade Católica e também temos uma candidatura e, quando estiver resolvida essa situação, traremos aqui a esta assembleia.

Em relação ao emprego, posso-lhe dizer que, de abril para maio, diminuiu em 120 pessoas. Posso-lhe dizer também, relativamente à maior parte das empresas que estão sedeadas na Póvoa de Lanhoso, que nós temos um acompanhamento contínuo e que a maior parte das pessoas, entre 80 a 90 pessoas, que são colocadas nessas empresas são da Póvoa de Lanhoso. Só se, em igualdade de circunstâncias, as pessoas da Póvoa de Lanhoso não tiverem a qualificação necessária para tal é que são pessoas que vem de fora. Pelo menos é aquilo que temos acompanhado de perto, muito de perto, em todas as empresas que estão sedeadas na Póvoa de Lanhoso. Obrigado.”

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu só quero corrigir uma atividade que está aí no relatório, para que não digam que eu minto. Mas foi mesmo um lapso meu: ao ir buscar as atividades no âmbito do SIGO, por lapso, pus aí uma atividade que foi realizada em 2018 e não a de 2019. Está aí uma atividade que foi realizada na Escola Gonçalo Sampaio em 2018, que era relativa ao papel da mulher no século XXI. Neste período foi realizada, no Agrupamento da Póvoa de

Lanhoso, o “Bullying”; foi esse o trabalho que foi realizado. Antes da Páscoa é que foram realizadas, na Gonçalo Sampaio, várias atividades, que julgo foram sobre a não discriminação. Foi um lapso da minha responsabilidade: ao ir buscar ao ficheiro pus a atividade de 2018 e não de 2019, referente a este período. Obrigada.”

Interveio o Vereador João Barroso e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, só para dar uma resposta ao senhor deputado Miguel Pereira, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude. Nós, ao longo destes últimos meses, desta transição, temos vindo trabalhar. Também sabemos que as associações mudaram os seus corpos dirigentes e os seus órgãos sociais. Vamos fazer, em breve, uma reunião do Conselho Municipal de Juventude, também para eles indicarem novos membros representantes, e depois também para debatermos a estratégia da juventude para o nosso Concelho.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, a sua atividade é política, aquilo que vai fazer daqui a bocadinho à bela Igreja de Vilela é, antes de mais, um ato de natureza política, não é um ato cultural, porque está subjacente que o senhor é um político e este documento é da sua inteira responsabilidade. Não pode ser substituído, nessa intendência de apresentar este documento. É do Presidente da Câmara, e aqui tem que constar a atividade política. Eu não compreendo como é que, mais de um ano e meio depois de quando o senhor se regozijou que estava a preparar uma candidatura, já estava a ser preparada, não conste aqui neste documento, como eu acho que devia constar, esse projeto importantíssimo. Porque há uma coisa em que estamos perfeitamente de acordo, Sr. Presidente: é que nós, na Póvoa de Lanhoso, precisamos de um plano estratégico de turismo para desenvolvimento do turismo e para o novo paradigma que precisamos do turismo. E, por isso, eu não percebo como é que nunca está aqui e constam coisas como a caminhada. É só por isso. Acho que se devia melhorar este documento. Mas, Senhor Presidente, por falar neste documento, tem que ser uma informação escrita de V. Ex.^a, para se fazer uma análise séria, não é para dizer que se está inteirado. Não é para dizer que estamos inteirados, é para fazer uma análise séria. É isso que a lei quer. O espírito da lei é que a gente faça uma análise séria, pelo menos os deputados municipais. Não sei se os Presidentes da Junta o querem fazer.

Senhor Presidente, assim sendo, é preciso que haja mais informação; e sobre a questão financeira, eu não compreendo como é que se pode dizer que estamos com boas contas, com esta informação a cinco meses. Isto não é informação nenhuma. Isto é limitar a nossa análise, seriamente, porque não diz nada. Olhe, sobre a receita, repare, diz que “a

execução está em 35%, numa receita de 7 milhões 853 mil euros”. Mas que receita é esta? Que participações? Estamos a falar de impostos? Estamos a falar de provisões? Estamos a falar de transferências? De quê? Não diz nada. Repare como este documento tem que melhorar. Sobre a despesa, ainda é pior. É o cúmulo da falta de transparência, porque não identifica – senhora vereadora, já estou a ver que a senhora também é responsável por isto – não identifica a execução da despesa. Não tem nada. Só tem total da dívida orçamental que, por acaso, fazendo aqui um breve raciocínio de execução matemática, ve-se que até é um valor elevado, senhor deputado Luís Amaro. É um valor superior a 30% da receita orçamentada para o ano 2019. E, portanto, acho que isto deve ser melhorado. Isto não é nada. Não podemos dizer que, em 2019, estamos inteirados sobre a execução financeira. Não podemos dizer. Mais valia fazer como fazemos na Misericórdia, apresentar um balancete de tesouraria mensal sobre a atividade financeira do município. Ficava mais esclarecido e era mais transparente. Muito obrigado, senhor Presidente. Também não abusei da tolerância.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Só para referir – já que o senhor deputado Rui Rebelo trouxe isto de novo à colação – só para dizer que o documento é clarinho senhor deputado. 35,8% do valor orçamentado. O que é que aqui não se percebe? Eu gostava de perceber: 7 milhões 853 mil corresponde a 35,8% do valor do orçamento; salvo erro, 20 milhões, ou à volta disso. O que é que aqui não se percebe? Ainda não entendi, mas se calhar o defeito é meu. Em relação ao valor da despesa, tem a ver exatamente com o valor da dívida, não é com o valor do orçamento.

Senhor Presidente, concluo a minha intervenção, porque o senhor deputado parece não estar interessado em ouvir.”

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa João Duque deu início ao **ponto 2 “Informação da Câmara Municipal sobre o relatório trimestral de execução orçamental do primeiro trimestre de 2019, da EPAVE, E.M. para efeitos do dever de informação previsto no art.º 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.”** Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente, senhores Deputados, esta informação é eminentemente técnica e diz respeito aos primeiros 3 meses do ano 2019 e, como tal, é ainda reduzida a execução orçamental da EPAVE. Ao nível da despesa, regista-se um valor, normal para este período, de 11%, sendo a execução da receita superior a 30%, derivado dos reembolsos submetidos no ano anterior, bem como dos adiantamentos solicitados para este ano. Neste sentido, apenas reforço que esta escola está com uma atividade positiva, seja ao nível da formação, seja ao nível do equilíbrio das suas contas. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Estamos perante informações que legalmente incumbem a esta Câmara Municipal e, desta feita, o relatório trimestral de execução orçamental da EPAVE no primeiro trimestre de 2019. Deste relatório percebe-se que esta entidade segue um padrão de coerência e rigor orçamentais. Aliás como temos vindo a verificar ao longo do tempo, e portanto verificamos efetivamente que aquilo que estava orçamentado e daquilo que estava executado, de facto a atuação da EPAVE foi exemplar. O trabalho sério e assertivo que tem vindo a ser desenvolvido permite esta linha de continuidade ascendente da EPAVE. E é por tudo isto que esta escola é de facto uma referência regional, uma mais-valia para os jovens povoenses e de interesse para o Concelho da Póvoa de Lanhoso. Por tudo isto, o grupo do PSD considera-se inteirado. Muito obrigada e boa noite.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“No que concerne à execução orçamental da EPAVE, a senhora vereadora já o disse: no primeiro trimestre verifica-se uma taxa de execução superior da receita em 30%, face à taxa de execução da despesa, que está nos 11%.

Concordamos com a deputada do PSD: a Escola Profissional é importante para o Concelho, é importante para a região, é importante para o distrito e isso não está de forma alguma em causa, obviamente. Gostávamos de, por um lado – não sei se a câmara tem esta informação – de saber, quando os alunos finalizam o seu percurso escolar, qual é a taxa de empregabilidade e onde é que eles estão empregados? Para

tentar perceber se eles arranjam emprego na região ou se arranjam emprego fora da região. Gostávamos de ter esses dados. E em que cursos, em que profissões?

Relativamente à questão da contrapartida nacional já há alguma decisão ou parecer sobre este assunto? Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente a este relatório e tal como a senhora vice-presidente diz, e bem, a informação é ainda muito reduzida no primeiro trimestre. Não há nada a registar, no que se refere às contas. Não podia deixar passar em claro a intervenção da senhora deputada da bancada do PSD, quando diz que este estado da escola da EPAVE, neste momento, demonstra o rigor com que tem sido gerida ao longo do tempo. Eu recordo que ainda há bem pouco tempo as coisas não eram assim tão cor-de-rosa, e estivemos mesmo em risco de perder a licença por resultados negativos.

Contudo, congratulamo-nos, é verdade, com o bom estado das coisas neste momento e reiteramos as questões da senhora deputada Carla. Obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra à câmara municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu começava por responder, ao senhor deputado Filipe Silva, que a escola nunca esteve em riscos de fechar. Mas sabe que saiu uma retificação à Lei 50 e, portanto, a educação, as escolas profissionais estão fora disso, porque não visam lucro. Não é? Não tenho aqui a data. Sim, mas não é de agora. Foi depois da Lei 50/2012, mas não tenho presente a data. Portanto, uma escola profissional não visa o lucro. Não é?

E quanto à comparticipação pública nacional, estamos na mesma. Nós já solicitamos à Associação Nacional de Municípios que, em nome dos cinco Municípios, pedisse uma reunião com o senhor ministro. Eles já solicitaram a reunião há alguns meses e nem à Associação Nacional de Municípios marcam a reunião. Naturalmente que estamos a assumir uma coisa que achamos que não é da nossa competência. A assunção da comparticipação pública nacional é uma questão de justiça, porque em lado nenhum isto acontece; mesmo nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, que não tem direito a fundos comunitários, estão a ser financiadas a 100% pelo orçamento de Estado e orçamento da Segurança Social. Portanto é também uma questão de equidade. Mas não podemos colocar em risco a escola sob pena, segundo dizem as regras dos

financiamentos públicos, de ter que devolver os 85%, como sabe; e tivemos que arranjar aqui uma solução, até conseguirmos resolver isto de outra forma.

Quanto à taxa de empregabilidade eu não tenho aqui os números, mas a escola, quer a escola da EPAVE, quer a Escola Secundária, que também tem cursos profissionais, fazem o acompanhamento do percurso dos alunos após a conclusão dos cursos e a taxa de empregabilidade é alta. Por exemplo, eu sei de uma empresa de um amigo que me pediu se conhecia pessoas, porque precisa de eletricistas de Rua e eu até pedi ali na escola se havia gente interessada, mas a maior parte deles vai ficar nas empresas onde estiveram a estagiar, um aqui outro acolá. E nós temos que fazer este acompanhamento no âmbito do PSE do AVE, porque os cursos profissionais são todos articulados, quer a nível local quer a nível da CIM, e temos um estudo de necessidades que é feito com as empresas, com o mercado. Os cursos são abertos em função das necessidades do mercado, o que nem sempre corresponde àquilo que os alunos pretendem. Por exemplo, o mercado revelou a necessidade de eletricistas, abrindo-se inscrições para instalações elétricas, assim como abrimos para mecatrónica automóvel, cabeleireiro. A turma de mecatrónica já está cheia e a de instalações elétricas não. Corremos o risco de ter que abrir duas turmas de mecatrónica automóvel, apesar de haver falta de eletricistas. Mas os alunos não procuram muito esse curso, enquanto que o de mecatrónica automóvel é muito procurado. Mas as escolas acompanham, eu é que não tenho aqui esses dados.”

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada do relatório trimestral de execução orçamental do primeiro trimestre de 2019, da EPAVE, E.M. para efeitos do dever de informação previsto no art.º 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

O Presidente da Mesa iniciou o **ponto 3 “Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea da alínea h) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.”** Concedeu a palavra à câmara municipal.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“Temos este ponto para aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; de facto, foi um parto difícil, e que tem agora o seu término. O município, desde 2013 que lutou por esta versão do plano que foi agora aprovada. Foi um trabalho longo, temos que agradecer aos técnicos do município, aos elementos da Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios, que sempre tiveram aqui um papel muito importante para que chegássemos a esta versão final do plano.*

Sobre o próprio plano em si, dizer duas notas muito breves: em primeiro lugar, ele está dividido no primeiro e segundo cadernos, o primeiro fala da caracterização do Concelho e o segundo sobre aquilo que é a entrada em vigor e aquilo que são as concretizações do próprio plano. Em primeiro lugar, temos a ocupação do solo e onde entra o PMDFCI,

quais as áreas a regular; e na segunda fase, aquilo que é a gestão combustível também do território em si.

O plano é algo extremamente técnico e, na minha opinião e na opinião do executivo, está muito bem elaborado, e portanto queremos que ele entre em vigor o mais rápido possível, para que possamos ter aqui mais um instrumento para proteger as pessoas e os bens. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“Sobre o ponto em questão, gostaríamos de tecer alguns considerandos e colocar algumas questões.*

Não obstante o bom trabalho de sensibilização sobre a matéria, que tem vindo a ser realizado pelo município no terreno, em colaboração com as juntas de freguesia, bombeiros, GNR, paróquias e associações locais, não obstante o empenho que o senhor vereador André Rodrigues, responsável pelo pelouro, tem vindo a demonstrar pela matéria, da análise do documento salientamos alguns aspetos que nos suscitam dúvidas e que por isso gostávamos de ver aqui esclarecidos.

Enquadrando os membros da Assembleia na temática do caderno um, diagnóstico base, passo a citar o segundo parágrafo do documento, que diz: “Constitui uma base informativa que se traduz num diagnóstico específico para o município da Póvoa de Lanhoso e servirá de apoio à decisão, relativamente às propostas apresentadas no caderno dois”. Do final do primeiro parágrafo do ponto quatro, passo a citar: “Tendo, no entanto, sido realizado no terreno o reconhecimento das situações mais críticas, em maio de 2018”; nada a opor quanto a isto. A nossa questão é a seguinte: não seria suposto os dados constantes da caracterização dos incêndios no Concelho incluírem as ocorrências de 2017/2018, que ainda por cima foram os piores anos, nesta matéria, para o Concelho e para o país? Não serão estes dados relevantes para merecerem estar incluídos no documento, em defesa dos interesses dos povoenses nesta matéria? Que realidade traduzem os dados que serviram de base ao documento? Não houve tempo para os incluir? Teremos que esperar para uma revisão em 2028? Ainda por cima, se juntarmos 2017 e 2018, aos últimos dados elencados, que são de 2016, provavelmente conseguiríamos perceber que tem ocorrido, nos últimos anos, uma tendência de agravamento das circunstâncias.

Segunda questão: não sendo peritos na matéria, existem ainda situações que nos causam profunda estranheza; elenco o seguinte exemplo, que gostava que avaliassem em consciência. Fará sentido, em Galegos, a perigosidade de incendio ser muito alta, em bem mais de metade da freguesia, o risco de incendio ser muito alto e a prioridade de

defesa ser mais baixa do que o nível muito alto? Fará sentido Lanhoso ser de primeira prioridade para o INCF na limpeza e Galegos nem constar da listagem?

Fica por isso o nosso apelo ao município e às juntas de freguesia, com especial enfoque, se me permite Sr. Presidente, para Ajude, Friande e Verim; Calvos e Frades; Esperança e Brunhais; Fonte Arcada e Oliveira; Rendufinho; Sobradelo da Goma e Serzedelo, por serem as que têm mais de 500 hectares de espaço florestal no seu território. Obviamente, todos os outros deverão olhar para isto com a mesma atenção, para que urgentemente tomem as necessárias medidas para acautelar as avaliações menos atualizadas por parte dos organismos centrais, porque afinal de contas somos nós que cá moramos e em primeira instância é a nós que isto importa.

Última questão, e se calhar a mais premente, é o facto de o documento mencionar três cadernos, na pagina três do caderno dois, e só dois serem apresentados; fica a questão: onde para o terceiro caderno, que diz respeito ao plano operacional municipal? Ainda que não estando sujeito a aprovação, por parte desta assembleia, não seria pertinente dar a conhecer aos povoenses o que já está previsto, a nível operacional, para o corrente ano? Sobretudo quando estamos a menos de um mês do início da fase crítica de todo este processo que visa acautelar.”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“Relativamente ao documento que aqui vem hoje a votação, gostaria de referir aqui algumas questões apenas. Há muito que o Partido Socialista vem alertando para a sua importância e há muito que a sua criação e implementação foi sendo adiada, digamos assim, segundo o senhor vereador André, pelas imposições que eram prejudiciais ao nosso concelho, nomeadamente na perda de área urbana. Contudo, o documento que nos é apresentado aqui hoje é, no nosso entender, um documento que não espelha completamente a realidade e os riscos do Concelho de forma rigorosa. O senhor deputado Pedro elencou aqui algumas situações que nos causam algumas dúvidas; outras poderíamos indicar, como a identificação das resinosas, que não é rigorosa; a identificação das festas populares, que são apontadas como maiores fatores de risco no concelho, também não é de todo real. E portanto, por este motivo, o Partido Socialista irá abster-se nesta votação.”*

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra á deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios esteve em discussão pública até ao pretérito dia 02 de maio. Tal como refere a proposta*

introdutória, feita pelo senhor vereador com a área da proteção civil, Eng.º André Rodrigues, no período de discussão pública não se registou qualquer participação ou contributo, pelo que a versão inicial do plano não veio a sofrer qualquer alteração; a este respeito, não posso deixar de referir o quão é importante a discussão e a consulta públicas. A consulta pública é um mecanismo de publicidade e de transparência que serve basicamente para fazer a ponte entre a administração pública e a sociedade, ou seja, é a forma em que o poder público pode obter informações, opiniões, críticas, a respeito de um determinado assunto. É imprescindível, para o crescimento deste concelho, que haja uma participação mais ativa e que os contributos sejam dados em tempo útil, e sobretudo quando nos estamos a referir a um documento com grande período de vigência, como aquele que estamos aqui a discutir. Deixo o repto para que haja uma maior participação nas consultas públicas, demonstrando que somos um concelho atento, democrático e participativo.

Ora bem, suscitar aqui dúvidas; questiono eu, não deveriam ter sido questionadas no âmbito da consulta pública? Isto pensando na operacionalização e na boa introdução destas temáticas no documento final. Eu não quero dizer com isto que elas não sejam válidas; agora, até que ponto elas vêm no tempo correto? Fica aqui a reflexão, para que possamos tomar algumas medidas neste sentido, em termos de diplomas futuros.

Tal como disse, este documento é de grande vigência, vigorará entre 2019 e 2028, e foi elaborado pelos técnicos do município: os meus parabéns. Colheu os pareceres favoráveis das entidades que teriam que os emitir, nomeadamente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e foi, sim, realizado de acordo com a estratégia nacional. É um documento de gestão florestal, muito completo, o fracionamento dele e o seu conteúdo já foi aqui explicado pelo Eng. André Rodrigues; é sem dúvida uma ferramenta importantíssima para prever o comportamento do fogo, planejar os seus meios de combate, da mesma forma que servirá para atuar junto das áreas prioritárias de regeneração florestal. Urge aprovar o plano; após o dia 30 de junho entraremos na fase mais crítica e é com satisfação que poderemos entrar com este plano aprovado e operacional.

Se o que está em causa é prevenir incêndios, com foco na sensibilização, educação e fiscalização, e também minimizar os riscos, caso o pior venha a acontecer, sem dúvida que a bancada parlamentar do PSD irá votar favoravelmente. Uma boa noite.”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: “Em primeira fase, então, respondendo às questões do deputado Pedro Afonso: a construção deste plano foi iniciada no final do ano de 2017 e início de 2018, portanto os dados têm que reportar a essa altura. A primeira proposta enviada ao ICNF data do final de 2017, não lhe consigo precisar o dia, mas foi logo a

seguir às eleições, creio que foi no dia 30 de outubro ou de novembro; depois a resposta veio precisamente no dia de carnaval, se bem me recordo, portanto os dados reportam-se a essa altura. A caracterização do concelho vem com essa data. Depois, tudo aquilo que é a colocação da mancha ardida sobre a área a edificar, estamos a falar sempre de 10 anos posteriores à data do incendio, o que quer dizer que o plano acaba por ter uma mutação contínua no tempo. Quanto a isso, os dados, a caracterização acaba por não ser muito importante, à medida que o plano vai avançando com o tempo, porque o que interessa realmente ali é a carta e a perigosidade. Claro que se a data fosse mais próxima daquilo que é o maio de 2019 ou junho de 2019 seria melhor, mas de facto não foi possível.

Depois, quanto ao terceiro caderno, o terceiro caderno é o POM; o POM é aprovado todos os anos pela própria comissão e depois é, naturalmente e dada a mutação do documento, apenso, ano após ano, aqui ao PMDFCI e está em vigor anualmente. Quanto à questão da perigosidade das freguesias, a caracterização é quase integralmente feita com dados do ICNF; também, aproveitando para responder à pergunta do deputado Filipe Silva, os dados são sempre recebidos em função daquilo que é a base de dados do ICNF, e como é que eles têm a base de dados deles? Não pelo cadastro do território, porque não existe esse cadastro, aliás a nível nacional não existe um cadastro final sobre o concelho, o cadastro é aquilo que eles têm registado enquanto povoações florestais e tudo mais. Por exemplo, nós temos nas tabelas uma soma de área florestal que não corresponde àquilo que é a soma das partes, a nível de tipo de florestação; portanto estamos sempre a falar de dados que não são reais ao pormenor, porque o ICNF não tem esses dados, simplesmente. Creio que foram as respostas às questões que puseram.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Uso da palavra apenas para fazer referência à intervenção da minha colega deputada da bancada do PSD e dizer-lhe que, efetivamente, tem toda a razão quando diz que devemos apresentar soluções e opiniões, levantar dúvidas no local certo, na hora certa. Mas esta abordagem para o funcionamento em pleno da democracia é tão ou mais importante do que a aceitação dessas propostas, a abertura para o debate e a resposta às questões colocadas. E portanto, senhora deputada, seria melhor começar por transmitir a importância destes mesmos princípios ao executivo que a senhora suporta ou até mesmo levantar o braço para votar favoravelmente à possibilidade de um vereador da oposição usar da palavra, muitas vezes para contribuir precisamente com sugestões que poderiam melhorar o funcionamento da autarquia. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada do GP do PSD, Fátima Alves, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Referindo-me ao deputado Filipe Silva, eu quando me referi à necessidade da consulta pública é precisamente para ser possível introduzir modificações aos planos, antes de eles serem submetidos a votação e acho que esta minha observação não suscitou dúvidas por parte de ninguém. Quanto à intervenção do senhor Vereador da oposição, acredito que tenha toda a palavra quando está em reuniões de Câmara Municipal. Portanto, aí é que elas têm de ser debatidas. Aqui o papel é nosso e aqui somos nós que temos de intervir.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Vereador André Rodrigues, é para V. Ex.^a que queria dirigir as palavras de congratulação por alcançar, em 21/22 meses, este plano, e trazê-lo aqui como proposta de plano municipal de defesa contra incêndios. É para nós fulcral para o bem-estar e segurança dos povoenses, e foi para nós, desde o início, também fulcral como meio de responsabilidade política neste órgão político, e por isso nós, em 27 de dezembro de 2017, já trazíamos este assunto à Assembleia Municipal. Este assunto, que já estava a ser trabalhado desde 2014, mas estava parado. E V.Ex.^a, em 27 de dezembro de 2017, como se deve lembrar, pouca informação tinha, porque de facto isto não era uma prioridade da Câmara Municipal e ainda estava numa fase muito embrionária e muito vaga da parte do executivo.

Portanto, não deixo de o cumprimentar e felicitar e congratular-me pelo esforço político neste sentido, e dizer que este plano, sendo fulcral, também não é a decisão, não é a panaceia para resolver os problemas da defesa contra incêndios. Porventura, se perguntarmos ao senhor comandante do Bombeiros Voluntários, ao senhor comandante da GNR do posto local, eles dir-lhe-ão que este plano é importante mas também são importantes ações concretas, medidas de prevenção contínuas e de preparação, de limpeza, de conhecimento para o combate e para prevenir os incêndios e, por isso, não pode descurar essa matéria na proteção civil, senhor vereador, é aquilo que lhe peço para fazer. Uma nota, senhor presidente da Assembleia Municipal, dirigida a V.Ex.^a com eco para toda a assembleia: este órgão é o órgão político, deliberativo, mais importante do concelho, do município, perdão. A minha atividade cívica, senhora deputada Fátima Alves, não diz respeito aqui a este órgão: os procedimentos de audiência preliminar, da

audiência procedimental, eu faço se quiser; aqui, eu tenho responsabilidade política. E é aqui, neste órgão, que devemos debater sem qualquer pejo, sem qualquer condicionalismo, estas propostas. E eu penso que o senhor vereador até nos agradece, porque podemos engrandecer-las. Eu não tenho que dar contas da minha atividade cívica, eu tenho que dar contas daquilo para que o povo da Póvoa de Lanhoso me elegeu: de fiscalizar, de responsabilizar, de fazer o contraditório, e é o que todos devemos fazer, a começar pela bancada do PSD, que tem a maior responsabilidade. Muito obrigado senhor presidente.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada do GP do PSD, Fátima Alves, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Caro deputado Rui Rebelo, quando falei enquanto deputada, enquanto cidadã e quando diz que a bancada do PSD também o deve fazer, fá-lo. Posso-lhe dar o exemplo que ainda no passado mês de abril votamos cá a área de reabilitação urbana, pois nós, enquanto deputados e enquanto cidadãos formulamos um conjunto de questões ao município. Só não as trouxemos aqui porque elas foram devidamente esclarecidas. Acho que é importante que cada um de nós, seja deputado ou não, participe ativamente, lance as questões para que nós possamos ver os regulamentos melhorados. Eu acho que é isso que cada um de nós quer, é a melhoria para os nossos povoenses. Não é trazermos aqui só para a discussão e depois acabar por votar o documento que existe. Se o podemos melhorar, melhorremo-lo. É esta a sugestão que deixo.”

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 23 votos a favor e 18 votos de abstenção a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea da alínea h) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa João Duque, deu início ao **ponto 4 “Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e as juntas da freguesia de Rendufinho e da União de freguesias de Campos e Louredo, nos termos do art.º 33º e do art.º 120º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos de autorização por parte da assembleia municipal nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.”**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador João Barroso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Um breve enquadramento a este ponto: para nós todo o investimento realizado nas freguesias é positivo, sendo ele um contributo para a coesão e para o seu desenvolvimento. A proposta da delegação de competências que aqui trazemos para as freguesias de Rendufinho e Campo Louredo é com o único objetivo de executar as obras designadas que foram faladas e conversadas com as juntas de freguesia. No âmbito da estratégia definida para a cobertura total da rede de água pública no Concelho e tendo presente as orientações mais importantes da ERSAR, relativamente às redes autónomas que não sejam da autarquia, temos vindo a efetuar as alterações na gestão do fornecimento deste serviço. Temos acordado com as juntas de freguesia, detentoras de redes próprias, a sua transição para a esfera municipal. Estas são duas freguesias onde não tínhamos ainda realizado esta alteração, encerrando o processo que trará certamente a estas duas freguesias uma melhor qualidade do serviço. Como sabemos, houve algum investimento, por parte das juntas de freguesia, nessa mesma rede de água pública e, no entanto, achamos que é por bem fazermos aqui alguns investimentos. É este o ponto que estamos a votar. Obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado do GP do PSD, José Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Quero desde já salientar o comportamento da câmara pela apresentação de todos os pontos, que é de saudar: é sempre importante que o executivo faça a apresentação dos pontos. É uma boa prática, e quero também deixar esta nota de registo.

O vereador João já apresentou, de forma resumida, o ponto aqui em análise, naturalmente que a bancada do PSD votará favoravelmente este ponto.

No fundo quero deixar aqui o registo aos representantes de Louredo/Campos, ao de Rendufinho, aqui presente também, ao João Lameiras, que está cá. Saudamos a realização destes investimentos, não obstante aqueles contratos e acordos que são realizados com todas as juntas de freguesia, não obstante também o forte investimento que está a ser realizado na rede de água, no fecho da rede de água e saneamento nestas freguesias. Houve aqui este acordo entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia para estes investimentos, que as juntas entendem como pretensão e necessidades mais prioritárias para as suas freguesias, e aquilo que desejamos é que as obras decorram com a maior brevidade e naturalmente com a qualidade desejada e necessária. Por isso, dou os parabéns também aos representantes das Juntas, por conseguirem este bom investimento para as freguesias, saúdo a Câmara Municipal também pelo reforço e investimento nestas freguesias, o que demonstra aqui também que olha para todos,

independentemente das cores partidárias, o que é sempre importante; e devemos realçar e reforçar também este comportamento do executivo e aquilo que desejo é, de modo particular para aqueles que irão utilizar aquelas redes diárias é que o possam fazer durante muitos anos e que tudo corra com normalidade.”

O presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Neste ponto em questão, já mais relaxados de tempo, também gostaria de começar por, em reiteração sincera e salutar, registar a nota que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Verim, Ajude e Friande aqui deixou, relativamente à importância para a democracia e para o contraditório que a câmara faça a apresentação, e como tem feito hoje, de todos os pontos; é muito importante, para fazermos uma análise séria e um debate consciente e crítico. Também saudamos este tipo de investimento e este mecanismo de delegação de competências da câmara; já o fizemos aqui noutras alturas e também vamos votar a favor desassombradamente e positivamente. Mas gostaríamos de notar uma coisa, e perguntar à senhora vice-presidente da câmara – que representa a câmara e que achamos que este tipo de descentralização de competências para as freguesias de investimentos que até, disse muito bem o anterior orador, faz uma distribuição equitativa, porque vemos que é uma junta de freguesia PSD, uma junta de freguesia PS – quando é que nós teremos um plano seriado, cronologicamente, de investimentos, nomeadamente de redes viárias para o restante concelho? Que reporte a todas as freguesias, isto é que não se tragam estes assuntos de uma maneira avulsa e um bocado desconexa de um plano. Eu perguntaria até diretamente: porquê estas duas e não, também, outras duas; porque estas duas e não também todas as outras? Isto é, estamos a falar de que critério de hierarquização de prioridades? Se me souber responder, agradecia.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Apenas para lhe dizer que também nós compactuamos com os investimentos que aqui vêm a votação para as freguesias, como fizemos no passado. Noutros momentos, fizemos aqui referência da nossa preocupação pelo facto de o investimento ser diversas vezes com o recurso ao endividamento da câmara. Contudo, efetivamente reconhecemos

a necessidade das obras nas freguesias e estas em particular e, portanto, iremos votar favoravelmente.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador João Barroso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Só esclarecer aqui ao senhor deputado Rui Rebelo do seguinte: nós trazemos estas duas freguesias porque é nestas duas freguesias que estamos a fechar a rede de abastecimento de água, como já anteriormente trouxemos a freguesia de Santo Emilião. Certamente que nós, no início do próximo ano, estaremos em condição de fazer um programa mais pormenorizado da situação de rede de abastecimento de água; neste momento vamos fechar a candidatura que temos em algumas freguesias, e depois iremos trazer, mais adiante, essa cronologia que o senhor deputado referiu na intervenção. Obrigado.”

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a câmara municipal da Póvoa de Lanhoso e as juntas da freguesia de Rendufinho e da União de freguesias de Campos e Louredo, nos termos do art.º 33º e do art.º 120º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos de autorização por parte da assembleia municipal nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal João Duque, deu início ao **ponto 5 “Proposta da Câmara Municipal para aprovação de proposta, para a não aceitação da transferência de competências para o município da Póvoa de Lanhoso, para os efeitos previstos no art.º 4º da Lei 50/ 2018, de 16 de agosto e nos termos da j) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.”** Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“O tema da descentralização tem sido discutido na câmara e na assembleia, com os argumentos que globalmente conhecemos. Nenhum de nós, julgo que o posso dizer, é contra o reforço das competências, seja da autarquia seja das juntas de freguesia. Todos temos a convicção que o poder local, em muitas matérias, é mais eficaz na prestação do serviço público aos cidadãos: por ser a entidade pública mais próxima dos cidadãos, por permanentemente dar provas que gere melhor que o Estado Central e, acima de tudo,

porque o modelo centralizador não é bom para a gestão de um país. Este é o ponto de partida.

Reclamamos, há muito tempo, que o Estado, através do Governo, promova uma verdadeira descentralização de competências que poderão ser executadas pelas autarquias. Que não haja dúvidas sobre esta matéria.

Questão de fundo: devem os municípios aceitar estas propostas de olhos fechados? Nós achamos que não. Seria uma irresponsabilidade. Já tivemos a experiência dos transportes escolares, que custam aos cofres do município centenas de milhares de euros, sem o Estado comparticipar. Essa experiência e as regras de boa gestão recomendam que tenhamos muita cautela na análise do que é proposto. Tal como dissemos em deliberações anteriores, entendemos que o Governo não está a conduzir este processo da melhor forma. Isto é, é lançado um conjunto de diplomas setoriais, que apenas definem as áreas a descentralizar, omitindo de forma incompreensível o envelope financeiro essencial para que aceitemos estas competências. Por outro lado, a realidade do país não é toda igual. Uma reforma desta natureza terá de ter em conta as especificidades de cada concelho ou região. Terá de ser fundamentada com estudos realistas, elaborados em parceria com as CCDR's, CIM's e Municípios. Não pode vir um diploma cego, cheio de boas intenções mas sem qualquer fundamento. Demos o exemplo da saúde ou da educação. Os mapas enviados dos recursos humanos não correspondiam às realidades e deles surgiu um número infindável de dúvidas. Aceitar estas competências sem clarificar todas essas dúvidas seria um ato irresponsável, com o qual não concordamos.

Posto isto, com os mesmos argumentos das propostas anteriores, dizemos aos senhores deputados que, enquanto não discutirmos diploma a diploma com a administração central e enquanto não estiver bem definida a arquitetura de cada competência financeira a transferir, nós continuaremos a votar contra uma aceitação cega.

Mas queria, em nome do executivo, dizer aos senhores deputados que estamos a fazer o trabalho de casa. Estamos a fazer uma reflexão interna, com previsão de custos e de pessoal, e a preparar os serviços para a realidade que teremos em 2021. Primeiro, porque somos responsáveis e, segundo, porque concordamos que a Póvoa de Lanhoso deve aceitar parte destas competências, pois vão permitir um melhor serviço aos cidadãos. Essa é a nossa missão. Obrigado."

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP do PS, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

"Na Assembleia Municipal última foi aprovado um empréstimo para a compra da casa dos antigos magistrados, por forma a preparar e a dotar o nosso município daquilo que

será, a partir de 2021, a efetivação da descentralização de competências. Como bem sabemos, tem-se tratado de um processo gradual até 2021. Há municípios que assumiram, já este ano, exercer praticamente todas as competências da descentralização. Outros, estão a preparar a assunção dessas competências para 2020 ou para 2021, o que parece ser o nosso caso. Apesar da abstenção do voto do PS, não posso deixar de fazer uma questão: senhora vice-presidente, o atual autarca da Batalha, em declarações ao jornal Diário de Notícias de 03 de fevereiro de 2019, diz, e passo a citar: “não me canso de apontar os bons resultados que a descentralização nos tem trazido. Estamos convictos de que estas tarefas, entre as quais, educação, vias de comunicação, justiça, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, entre outras, são melhor desempenhadas ao nível local, com vantagens para a qualidade e a eficiência nos serviços em causa. Para além disso, não nos faltam ideias para aplicar no futuro.” Fim de citação. Uma vez que o senhor vereador também já me respondeu, se realmente estava a ser preparado algum estudo de avaliação de impacto financeiro, económico, recursos humanos e técnicos, aproveito para questionar: para quando será apresentado esse estudo, senhor vereador?”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“O MAI tem sido solidário com as rejeições propostas pela Câmara Municipal, porque entende que é necessário conhecer o impacto, quer ao nível financeiro quer ao nível dos recursos humanos, que um processo desta natureza acarreta. Já aqui frisámos que é absolutamente crítico fazer o trabalho de casa e que o executivo dê a conhecer a esta assembleia os números decorrentes deste impacto. Na altura em que é pedida a esta assembleia que recuse, para o ano 2020, a aceitação da transferência das competências recusadas em 2019, consideramos que é o momento para o executivo informar sobre o trabalho que está a desenvolver para aferir o impacto desta transferência. Assim perguntamos: que trabalho é que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso já desenvolveu, para aferir o impacto das transferências propostas. O senhor vereador disse que estava a fazer o trabalho de casa, mas em que é que isso se traduz? O que é que já fizeram efetivamente? E como se refletirão estas novas competências na política de desenvolvimento do Concelho? Qual é a estratégia para o curto e médio prazo? Obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado do GP do PSD, José Fraga, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente ao ponto em análise e no cumprimento da lei, mais uma vez somos chamados a nos pronunciar sobre a descentralização. Este ponto é muito importante. A descentralização de competências é fundamental para a região e para o nosso município. A bancada do PSD, a qual estou a representar, reconheceu e transmitiu, em sessões anteriores, a importância da mesma. Após análise dos documentos enviados pela Câmara Municipal, estamos esclarecidos. Não houve alterações desde a última reunião. Não podemos hipotecar o município ao passar cheques em branco. Queremos sustentabilidade e compromisso. Esta assembleia pauta-se pelo interesse da Póvoa de Lanhoso, como entidade fiscalizadora. As competências a transferir requerem bases sólidas em vários níveis, definição de conteúdos e objetivos. Não podemos ser submissos. Queremos bases sólidas para família, jovens, idosos, empresas, comunidade social, juntas de freguesia, saúde, educação, turismo. Por isso, a bancada do PSD votará a não aceitação da transferência de competências, conforme a Câmara Municipal emanou. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Nós já iniciamos o estudo, no início do mês de maio. Estamos a ir, área a área, de forma a termos uma quantificação daquilo que vão ser os recursos humanos e as necessidades para suprir todas aquelas que são as novas competências. Este estudo está a decorrer passo a passo, caso a caso, demorará sempre o seu tempo. Não consigo, neste momento, dar uma previsão, mas queremos, a curto prazo, talvez no final do ano, já tenhamos uma base de trabalho para podermos começar a negociar com o Governo, que é a grande necessidade que temos. Obrigado.”

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Só para dizer ao deputado Miguel que a Câmara da Batalha é um dos treze municípios que estão, há dois ou três anos, no projeto-piloto da descentralização no âmbito da educação, o “aproximar”; daí, se calhar, o comentário feito pelo Presidente da Câmara. E foram processos que foram negociados caso a caso, como Famalicão, Cascais e Batalha. Portanto, eles já têm alguma experiência sobre esse projeto-piloto. E o que eu sei, por colegas que estão nesse projeto, nomeadamente na educação, o que dizem é que a delegação agora proposta é inferior à que eles têm no projeto “aproximar”. ”

O Presidente da Mesa da Assembleia João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“O estudo está a ser feito com recursos internos ou externos? Internos? Obrigada.”

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 26 votos a favor e 15 votos de abstenção a proposta da Câmara Municipal para aprovação de proposta, para a não aceitação da transferência de competências para o município da Póvoa de Lanhoso, para os efeitos previstos no art.º 4º da Lei 50/ 2018, de 16 de agosto e nos termos da j) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa João Duque, deu início ao **ponto 6 Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.** Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A obrigatoriedade da consolidação de contas do setor público é relativamente recente e resulta da necessidade de verter nas contas do município as demonstrações financeiras das suas empresas ou cooperativas municipais do chamado “grupo autárquico municipal”. No fundo, pretendeu-se, e bem, dizemos nós, que as autarquias não dispersassem as suas dívidas por entidades que, trabalhando para a autarquia, não estavam na sua esfera financeira. Este é um princípio de transparência que defendemos e, dito isto, aquilo que se pretende aferir na consolidação de contas é essencialmente se a empresa que é detida a 100% pela câmara tem algum impacto negativo nas contas da empresa mãe. Esta assembleia já analisou as contas da câmara com a prestação de contas em abril e, por isso, importa neste ponto apenas destacar que a EPAVE não comporta qualquer dívida a verter nessas contas, mas julgo que valerá a pena ler o parecer do auditor externo que, melhor do que nós, resume a análise deste documento técnico.

No cumprimento das normas legais, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º, 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos um relatório/parecer sobre as contas do exercício consolidadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O município da Póvoa de Lanhoso preparou as demonstrações financeiras consolidadas a 2018, em conformidade com o n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, sendo que o grupo público municipal engloba o município da Póvoa de Lanhoso e a EPAVE, Escola Profissional do Alto Ave E.M..

No decurso do exercício, acompanhámos com periodicidade a extensão que consideramos adequada à atividade do município, entidade mãe, o município da Póvoa de Lanhoso e da EPAVE, Escola Profissional do Alto Ave, E.M., através de contactos com órgãos executivos, por via de esclarecimentos e documentação obtido junto dos serviços, e realizamos procedimentos de auditoria de acordo com as normas internacionais da auditoria ISA, e demais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos revisores oficiais de contas, com a profundidade que consideramos necessária nas circunstâncias, decorrentes dos trabalhos desenvolvidos; é nossa convicção que o relatório do órgão executivo e as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma clara e suficiente, a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais estatutárias.

Assim, emitimos a certificação legal das contas consolidadas, a qual passa a fazer parte integrante do presente parecer.

Analizamos e verificamos a consistência da informação financeira, constante do relatório de gestão consolidado, com as demonstrações financeiras consolidadas. Nestas circunstâncias, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos de prestação de contas apresentados pelo órgão executivo e considerando o efeito das situações descritas na certificação legal de contas, somos de parecer que os documentos de prestação de contas apresentados pelo órgão executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos senhores deputados.

Finalmente, desejamos manifestar o nosso agradecimento ao executivo municipal da Póvoa de Lanhoso e aos seus serviços, por toda a colaboração prestada para desempenho das nossas funções.

António Fernandes, Marta Martins e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n. º 57.

Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Como V. Ex.ª bem referiu, numa sessão em que não pude estar presente, já foram aqui aprovadas a prestação de contas, nomeadamente o relatório de gestão, e a bem identificada situação do ano 2018. Mas, no entanto, relativamente a este documento que agora aqui é apresentado, permite-nos fazer também uma análise da situação financeira, nomeadamente da atividade operacional da Câmara Municipal, da responsabilidade de gestão pública. Sendo que temos que ter alguma prudência e reserva porque, mais uma vez, o auditor externo emite um parecer de reserva

relativamente às contas, por causa de esse processo de catalogação e contabilização do imobilizado não estar concluído. E, senhora vice-presidente da câmara, é essencial acelerar esse processo porque isso, também, além de dificultar a nossa análise e impedir uma análise mais profunda, relativamente sobretudo à evolução do endividamento, isso também prejudica a imagem do município face sobretudo às entidades externas e nomeadamente de crédito. E, portanto, era importante acelerar isso, porque já é um processo que, pelo menos, há 22 meses que vimos a falar sobre isso. Com a devida prudência e salvaguarda, nós já podemos, relativamente à atividade operacional, tirar conclusões relativamente a 2017/2018 e a primeira grande conclusão, caríssima Assembleia Municipal, é a de que aquilo que o grupo parlamentar do MAI tem dito, de maneira frontal, esclarecida e sucessiva, nas sessões ordinárias de Assembleia Municipal é certo, isto é, a Câmara Municipal não consegue, não conseguiu nomeadamente em 2017 e 2018, de forma substancial, gerar receitas operacionais para cobrir os custos operacionais, gerando sistematicamente défices primários. Essa é a primeira grande conclusão e é uma conclusão absoluta, porque desse relatório – ver pagina 8, página 9 e página 10, onde se identifica claramente que o défice operacional evoluiu negativamente – se verifica um aumento de défice negativo de 777 mil euros, em 2017, para negativo de 1 milhão 91 mil euros, em 2018. Isso é já a primeira conclusão e regista-se este aumento, em 48%, porquê? Porque há efetivamente uma subida de receita pequena, de 14 milhões 608 para 15 milhões e 75 mil euros, mas as despesas operacionais subiram consideravelmente e muito mais, de 15 milhões 345 para 16 milhões 166 mil. Ou seja, as receitas operacionais não cobrem as despesas operacionais e isto vai agravar o défice em 2018, e vamos verificar que em 2019 vai ser igual. Os indicadores de liquidez financeira geral também se situam no mesmo nível, de 0,3 quando o ideal é 1. E disso resulta que, do ponto de vista político e financeiro, se vem provar que o ativo corrente é insuficiente para satisfazer o passivo de curto prazo, isto é, não há solvabilidade no curto prazo. O dinheiro em caixa não chega para pagar aquilo que se deve aos credores. Significa que fragiliza as contas do município e também a despesa corre de uma maneira que é questionável, porque, reparem nas despesas operacionais: as duas mais emblemáticas, que é os serviços e fornecimentos externos e a despesa com pessoal, sobem consideravelmente, uma em 8,3% e outra em 6%. Isto fragiliza de facto o equilíbrio financeiro que, no mínimo, a Câmara Municipal não consegue alcançar, e vai a prazo também prejudicar aquilo que é fundamental, que é a política da casa para o melhor bem-estar dos povoenses e para um desenvolvimento coeso, integral de todo o concelho, em termos sociais também. Muito obrigado, sr. Presidente.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Antes de mais, e contrariamente àquilo que foi referido na intervenção inicial da senhora vice-presidente, gostaríamos de nos congratular pela correção efetuada por V. Ex.as. Nas páginas 13 e 14 deste documento que anexam, relativo ao ponto que agora debatemos, podemos verificar os índices, os rácios de insolvência e autonomia, tendo como base o denominador, o ativo total, tal como o Dr. Paulo Bastos protagonizou na última assembleia. Aliás, vemos aqui neste momento, e já tínhamos na altura forma de comprovar a vossa inexactidão, mas que desta forma se torna de todo dispensável – se pretender eu terei todo o gosto enviar-lhe o link onde podem confirmar o rácio de solvabilidade, tendo o passivo total, assim como o índice de insolvência tem o ativo total como denominador, ou posso também fornecer estas tabelas que são só as tabelas oficiais de uma universidade, uma das melhores, senão mesmo a melhor universidade de contabilidade do país, onde pode consultar isso mesmo e contradiz aquilo que disse na sua intervenção inicial.

Mas, relativamente a isto, gostaríamos de reiterar algumas questões que já fizemos na altura e de encontro também ao que o senhor deputado Rui Rebelo aqui afirmou: a autarquia apresenta uma vez mais, em termos consolidados, um resultado operacional negativo e um resultado líquido que só é positivo pelo expressivo resultado extraordinário. Acontece que, como o próprio nome o diz, o resultado é extraordinário, não passa disso mesmo, não é uma situação sustentada nem duradoura. Apresenta ainda uma redução do índice de autonomia da autarquia e mantém-se, neste relatório, a reserva expressa na certificação legal de contas, elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Resta lembrar que, tal como referi na última assembleia, agravado por uma execução do último mês do ano, não foi cadastrado um único bem no segundo semestre. Obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Para dizer, em relação a este ponto número seis da ordem de trabalhos, que, depois da intervenção da senhora vice-presidente, creio que ficamos já inteirados sobre a questão e referir também que a prestação de contas já foi aprovada, como foi referido e muito bem, em abril, e neste momento, aquilo que estamos a votar é a integração das contas da EPAVE, a consolidação das contas nas contas do município. E uma vez que as contas desta entidade dominada, digamos assim, não interfere grandemente nas contas do município, o GP do PSD votará favoravelmente a proposta que nos é apresentada.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu não percebi o que é que o senhor deputado Filipe Silva disse. Não. É que o senhor está a dizer que, ao contrário daquilo que eu disse no início... o que eu disse e li, está escrito, volto a ler, vai fazer parte da ata, quanto aos rácios, nomeadamente de solvabilidade, o que eu disse é que há várias correntes, várias, e uma das pessoas mais credíveis é o Professor Doutor João Carvalho das Neves, que tem a mesma opinião que nós sobre os rácios, e o que eu disse foi que há vários autores, nós seguimos este. Não, neste também. Desculpe lá. Não, isto são documentos consolidados, são diferentes. Mas o único que está corrigido e eu li aqui foi relativamente às provisões que, no balanço, na página 5 e também na página 20, na nota sobre as provisões para riscos e encargos, está correto, mas na transcrição para o texto, em vez de estar 1 milhão 723 mil 812 euros, estava 1 milhão 794 mil euros, e eu li isso, na página 5, pretendia referir o valor das provisões para o processo judicial em curso no valor de 1 milhão 723 mil 812 euros, mostrado também na página 20, e não o valor de 1 milhão 794 mil euros. Este é que não estava correto, não no balanço, não nas notas das provisões para os riscos e encargos, nas tabelas, mas na transcrição para o texto na página, já não sei... Portanto, os rácios, há várias formas de os calcular; o nosso entendimento e que nós sempre aplicamos foi o de expurgar as provisões, os acréscimos e diferimentos passivos. Isto foi dito no início. Não vejo onde esteja a incoerência, ou a inexatidão daquilo que eu disse no início, ou que esteja agora no documento, porque os rácios, as formas para cálculo dos rácios foram utilizadas sempre as mesmas.

Relativamente, ao denominador da fórmula que nós utilizámos, já dissemos que era por causa do rácio da solvabilidade que eram os capitais alheios, e sempre foi assim que utilizámos.

Em relação à intervenção do deputado Rui Rebelo, ele disse uma frase que espelha aquilo que é a realidade, que é melhorar o bem-estar dos povoenses, e nós para melhoramos o bem-estar dos povoenses à medida que vamos tendo mais infraestruturas; mas vamos gastar mais na sua manutenção, nos recursos humanos. À medida que vamos tendo mais medidas de apoios sociais, mais atividades, os custos operacionais tem que aumentar, e vão continuar a aumentar. Agora, as contas vêm-se pelo prisma que cada um entende ver, mas o que está no documento de consolidação é que os resultados obtidos, operacionais, do exercício diminuíram 353 mil euros, relativamente a 2017, menos 1 milhão e 91 mil euros. Os resultados financeiros de 2018 aumentaram 4 mil euros em relação a 2017 e são positivos no valor de 612 mil euros. Os resultados correntes de 2018, negativos no valor de 479 mil, registaram a diminuição relativamente a 2017. Os resultados líquidos consolidados registaram um aumento de cerca de 5 mil euros. Analisados os rácios, o ativo fixo supera o endividamento de médio

e longo prazo em mais de 18,1 vezes, quando em 2017 era apenas de 16 vezes. A dívida de médio e longo prazo sofreu uma redução de 8,4%, no valor total de 335 mil 681 euros. A dívida de curto prazo diminuiu 25%, ou seja, no valor de 1 milhão e 91 mil euros. As disponibilidades cobriram cerca de 33% das necessidades de dívida de curto prazo. No grupo autárquico relativamente ao ano de 2017, verifica-se uma diminuição de 1 milhão 355 mil euros no valor de endividamento total, ou seja, 16,9%, situando-se no valor de 6 milhões 675 mil 417 euros, já incluindo a dívida de 400 mil euros da comparticipação pública nacional à EPAVE e a aquisição recente da casa dos magistrados. Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI Rui Rebelo.

Interveio deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Este ponto é uma proposta de consolidação das contas da edilidade com a EPAVE, mas é fundamentalmente da edilidade porque, repare, a EPAVE aqui tem uma representação parca e pouco significativa. E aqui, na questão das contas consolidadas, o indicador de autonomia financeira é fundamental, e esse indicador é negativo e evolui negativamente em 2017, e evolui negativamente e é ainda mais agravado em 2018. E isto é preocupante. Como a senhora vice-presidente da câmara e vereadora responsável desta área diz, os custos operacionais nesta área vão continuar a aumentar para bem-estar dos povoenses, como os custos com pessoal, que agora ainda vão aumentar mais em 2019, ainda agora com o procedimento concursal, não é? Foi lançado, são mais 50 e tal trabalhadores novos para a câmara: o que é que isto traz para o bem-estar dos povoenses? O que traz para o bem-estar dos povoenses é o investimento nos vários projetos que a câmara tem, alguns muito importantes, que o senhor presidente da câmara aqui enunciou, no discurso dos 776 anos do Foral, em 25 de setembro. A ligação da variante do Ave, as acessibilidades à Vila, um plano estratégico de turismo, etc. etc. Isto é que é muito importante para nós, nós os povoenses que aqui vivemos; isto significa que, se os custos operacionais continuarem a aumentar, haverá mais endividamento. Pode dizer-me que as dívidas a curto prazo diminuíram; isso é uma questão de tempo e nós nem a meio do mandato estamos; logo, vai sacrificar investimentos, senhora vice-presidente da câmara. Se não tem disponibilidade de tesouraria, de caixa e de receita, logo tem que sacrificar investimentos, a não ser que recorra interminavelmente ao crédito, mas há um limite legal, como sabe. E nós, nem a meio do mandato estamos. É essa a minha preocupação. Estou convosco mas eu não tenho aquela filosofia, e aí sou passista, eu não tenho aquela filosofia putativa supematista de que o défice não interessa e as dívidas são para pagar quando vier; não, nós temos que ter boas contas para fazer uma boa gestão de investimento, até porque as juntas de freguesia também

precisam da tal coesão global do Concelho. É essa a minha preocupação. Eu estou convosco nos investimentos, mas se vocês não tiverem boas contas... – o saudoso Manuel Baptista dizia isso: tive que acertar as contas para fazer investimentos, disse-o ainda no último 25 de setembro, não vos diz nada isso? A filosofia do bom senso diz que, se nós continuarmos a aumentar os custos operacionais, sem receitas operacionais, o endividamento é inevitável. Muito obrigado.”

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 23 votos a favor, 15 votos de abstenção e 3 votos contra a proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente o GP do MAI entregou na Mesa da Assembleia, para constar da ata, a seguinte declaração de voto:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Grupo parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente (MAI) na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso vem fazer constar da Ata da reunião da Assembleia Municipal, sessão plenária ordinária nesta data realizada, a sua declaração de voto referente ao ponto seis da Ordem do Dia – aprovação da consolidação de contas em relação ao exercício correspondente ao ano 2018 -, com os fundamentos seguintes:

1º - Considerando que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso (CMPL) apresenta agora a prestação de contas do exercício de 2018 em termos consolidados, compreendendo o Relatório de Gestão e as competentes demonstrações financeiras, permitindo à Assembleia Municipal fazer uma análise da situação financeira na forma como o Executivo cumpre a sua atividade operacional;

2º - Salvaguardando, com prudência, o facto de o Imobilizado (bens públicos) não estar integralmente contabilizado, sabendo-se que esse procedimento patrimonial consiste numa estimativa do bem (não bens agora adquiridos) que tem como conta de contrapartida contabilística os Capitais Próprios, daí o parecer do Auditor ROC emitir uma reserva às Contas precisamente no que respeita a esta questão do atraso na catalogação e contabilização do Imobilizado;

3º - Tendo em conta que nos resultados operacionais regista-se um aumento do prejuízo de 2017 para 2018 em 48%, o que é derivado de as receitas terem subido de 14.608K€ para 15.075K€, enquanto as despesas subiram de 15.345K€ para 16.166K€.

Ou seja, constata-se claramente que as receitas operacionais de CMPL não cobriram os custos operacionais da edilidade, quer em 2017 quer em 2018, tendo o deficit operacional evoluído negativamente com o aumento de – 737K€ em 2017 para 1.091K€ em 2018.

4º - Observando que, do ponto de vista financeiro e político, este dado das contas de gestão vem demonstrar o que os deputados municipais do MAI têm vindo aqui a

denunciar, de forma frontal e sucessivamente esclarecida, no sentido de que a CMPL não gera receitas operacionais para cobrir a sua atividade normal e gera déficits primários.

5º - Observando, também, que a qualidade da despesa é questionável, na verificação do aumento de custos (Mormente, fornecimentos e serviços externos + pessoal), com as duas rubricas a subir simultaneamente, o que não se percebe e é um indicador de má utilização dos recursos;

6º - Considerando que, a prazo, estará em causa a capacidade de investimento e de solver compromissos por parte da CMPL, pois não consegue atingir equilíbrio financeiro e, como parece óbvio, promoverá mais dívida. Assim como, mas não menos relevante a continuar neste caminho, a situação vai deteriorar-se do ponto de vista financeiro e a CMPL não conseguirá, como almeja, satisfazer os anseios dos povoenses de melhor qualidade de vida e de desenvolvimento integral e harmonioso, na medida em que a alternativa a esta criticável gestão operacional será sacrificar os investimentos e a coesão territorial e social do Concelho;

Nesta lógica, em face ao exposto, o Grupo Parlamentar Municipal do MAI vota contra no ponto deliberativo em questão, deixando bem vincado que o presente voto constitui uma censura política ao Executivo Municipal pela situação perigosa, e que impõe critério e ponderação, no que concerne às Contas do Município.

Vila da Póvoa de Lanhoso, Theatro Club, 7 de junho de 2019.

O Grupo Parlamentar Municipal do MAI.”

O Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, para os efeitos devidos. Informou que foi aprovada por unanimidade. Deu por terminada a sessão. Desejou boa noite e boas férias.